

TRIBUNAL DE FALÊNCIAS DOS ESTADOS  
UNIDOS.  
DISTRITO DE MASSACHUSETTS

---

UM GUIA PARA O  
CREDOR PRO SE  
NO PROCESSO DE FALÊNCIA

Setembro de 2011



## INTRODUÇÃO

O Tribunal sempre recebeu bem aqueles indivíduos que desejassem afirmar seus direitos sem os serviços de um advogado. O termo "*pro se*" é um adjetivo em latim que significa "por si" e que se aplica a qualquer pessoa que represente a si mesma em um processo no tribunal sem um advogado quer seja como réu ou como autor e quer seja na esfera civil ou na penal. Este status às vezes é denominado de "*propria persona*" ou "*pro per*". Este guia é para os credores individuais *pro se* nos processos de falências.

As leis de falências são complexas e não param de evoluir. Pode ser difícil entender essas regras e as decisões que precisam ser tomadas não são tão fáceis como podem parecer ser. Por exemplo, existe a decisão sobre impugnar um cancelamento, ou entrar com um processo contencioso.

Muitas destas perguntas só podem ser respondidas da melhor forma por um advogado competente que compreenda estas complicações. Um advogado de falências competente poderá ouvir todos os fatos sobre sua situação individual e exclusiva e lhe dar orientações nas quais você possa se basear. Apesar disto, o Tribunal compreende que existem alguns indivíduos que escolherão "enfrentar sozinhos".

Este manual foi preparado para estas pessoas: os indivíduos que tomaram a decisão de representar a si mesmos em um processo de falência sem nenhuma assistência jurídica. Embora nem o Tribunal e nem o cartório do Tribunal possam dar orientações jurídicas,<sup>1</sup> existe uma quantidade de passos processuais em um processo de falência que podem ser complicados. O manual pretende ajudar o credor *pro se* a navegar por estes passos processuais. Este não deve ser citado e nem deve servir de fundamentação como autorização judicial. As informações deste livreto não substituem o Código de Falências dos Estados Unidos, as Regras Federais de Processos de Falências ou as Regras Locais deste Tribunal.

Além disso, as informações deste livreto também não servem como substituto para a orientação de um advogado competente. Elas são limitadas por necessidade e pretendem ser somente um guia sobre alguns aspectos mais simples do direito falimentar. Elas não incluem a totalidade da legislação aplicável (tais como o Código de Falências inteiro, as Regras Federais de Processos de Falências, as Regras de Falências Locais deste Tribunal e as decisões do tribunal).

---

<sup>1</sup> Os Tribunais adotaram a política de que o cartório do tribunal estão proibidos de dar orientação jurídica para o público. Os Tribunais usam as determinações do 28 U.S.C. § 955 para apoiar esta posição, argumentando que o fornecimento de alguma orientação jurídica se enquadra dentro da "prática" de advocacia que é proibida pelo § 955.

## Índice

<b>Tópico</b>	<b>Página</b>
Jurisdição, leis e regras .....	1
Quem é um credor?.....	1
Visão geral do processo de falência na perspectiva do credor .....	2
Obrigações do credor quando uma pessoa entra com a petição de falência .....	3
Suspensão limitada/Sem suspensão .....	4
Levantamento da suspensão automática .....	4
Infrações da violação.....	4
Cancelamento .....	5
Trabalhando com profissionais.....	5
Advogados.....	5
Pro Se.....	6
Apresentação.....	7
Arquivando documentos e papéis.....	8
Acesso ao arquivo eletrônico para credores .....	9
Prazos finais.....	10
O processo de falência.....	10
Recebendo intimações.....	10
O administrador .....	11
Reuniões de credores de conformidade com o § 341(A) .....	11
Preparando para a reunião de credores .....	12
Após a reunião de credores.....	13
Processo contencioso.....	14

O processamento das reivindicações.....	15
Comprovação de reivindicação.....	15
Fundos não reivindicados .....	16
Oposições às reivindicações.....	16
Petições, audiências e comparecimentos em juízo .....	17
Audiências.....	17
Certificados de intimações.....	18
Comparecimentos em juízo .....	19
O que os credores devem saber sobre o Capítulo 7:	
Liquidação de acordo com o Código de Falências .....	21
O que os credores devem saber sobre o Capítulo 11:	
Concordata de acordo com o Código de Falências .....	30
O que os credores devem saber sobre o Capítulo 12:	
Falência de agricultor familiar ou de pescador familiar .....	48
O que os credores devem saber sobre o Capítulo 13:	
Ajuste de dívida individual .....	56
Glossário.....	65
Apêndice A: Intimação para comparecimento e pedido de citação.....	74
Apêndice B: Comprovação de reivindicação e instruções .....	75

## **JURISDIÇÃO, LEIS E REGRAS**

As iniciais U.S.C. se referem ao Código dos Estados Unidos. O número que vem antes de "U.S.C." se refere ao título do Código dos Estados Unidos (por exemplo, 11 U.S.C.). Os números depois de "U.S.C." se referem ao parágrafo do título do Código dos Estados Unidos (por exemplo, "11 U.S.C., § 109").

O Código de Falências dos Estados Unidos se encontra no Título 11 do Código dos Estados Unidos. Existem cópias do Código dos Estados Unidos disponíveis em bibliotecas públicas e também podem ser encontradas online (os links para o Código se encontram no website do Tribunal de Falências dos Estados Unidos: [www.mab.uscourts.gov](http://www.mab.uscourts.gov)).

Neste manual, as referências feitas somente ao número de parágrafo se referem ao parágrafo do Código de Falências (no caso, do título 11).

Além do Código dos Estados Unidos, existem Regras Federais e Locais que se aplicam a todos os processos. Os links para as regras Federais de Processos de falências ("Fed. R. Bankr. P.") assim como para as Regras Locais do Tribunal de falências dos Estados Unidos do Distrito de Massachusetts ("Regras Locais") podem ser encontrados no website do Tribunal de Falências dos Estados Unidos: [www.mab.uscourts.gov](http://www.mab.uscourts.gov). Neste manual, elas são referenciadas conjuntamente como as "Regras".

Também no website do Tribunal de falências, você vai encontrar os links para os formulários Oficiais, Processuais e Locais. Se você for um credor *pro se* você deverá se familiarizar com os deveres e as obrigações impostas pelo Código e pelas Regras.

## **QUEM É UM CREDOR?**

O Código de Falências dos Estados Unidos define um credor como "uma entidade que possui uma reivindicação contra o devedor que tenha surgido até a data da ordem de medida liminar referente ao devedor; ... entidade que possui uma reivindicação contra a massa de um tipo especificado nos parágrafos 348(d), 502(f), 502(g), 502(h) ou 502(i) deste título; ou .... entidade que possui uma reivindicação em conjunto." Ver o § 101(10).

O termo "reivindicação" significa um direito a pagamento, quer tal direito seja ou não reduzido à sentença, líquido ou não líquido, fixo, contingencial, vencido, por vencer, controverso, incontroverso, jurídico, equitativo, garantido ou sem garantias ou "o direito a um remédio justo por descumprimento de obrigação contratual se tal descumprimento originar o direito a receber pagamento, quer tal direito a um remédio justo esteja reduzido à sentença, fixo, contingencial, vencido, por vencer, controverso, incontroverso, garantido ou sem garantia". Ver o § 101(5).

E o termo "reivindicação em conjunto" significa uma reivindicação que tenha surgido antes do início do processo referente ao devedor e pela qual responde uma propriedade dos tipos especificados no parágrafo 541(a)(2) deste título, quer exista ou não alguma propriedade tal na data de início do processo". § 101(7).

Embora estas definições sejam importantes, a maioria dos indivíduos entende que são credores se lhes for devido dinheiro por uma pessoa ou corporação que tenha entrado com um pedido de falência no Tribunal de Falências dos Estados Unidos.

### **VISÃO GERAL DO PROCESSO DE FALÊNCIA NA PERSPECTIVA DO CREDOR**

Esta seção lhe dará uma ideia rápida sobre o que é o processo de falência, os passos envolvidos na maioria dos casos e o que o devedor deve fazer para conduzir eficientemente um processo neste Tribunal.

1. Devedores consumidores <sup>2</sup> devem receber“ uma orientação educativa individual ou em grupo (inclusive uma orientação conduzida pelo telefone ou pela Internet) que tenha delineado as oportunidades de aconselhamento sobre crédito e que tenha auxiliado tal indivíduo na realização de uma análise de orçamento relacionada.” Artigo 109(h) do capítulo 11 do Código dos EUA. A orientação educativa deverá ser obtida dentro de 180 dias anteriores à entrada com a petição. O tribunal poderá liberar desta exigência se houver algum caso fortuito ou de força maior ou se houver alguma incapacidade. Ver Artigo 109(h)(3) do capítulo 11 do Código dos EUA, (4).
2. Todos os devedores devem usar os formulários oficiais, inclusive o formulário do Cálculo do Teste de Meios (formulário 22), e os mesmos deverão ser preenchidos corretamente e arquivados no Tribunal.
3. O certificado de orientação sobre crédito deve ser arquivado com os formulários oficiais.
4. Todos os devedores devem pagar as taxas iniciais por inteiro ou
  - a. arquivar um Requerimento de Dispensa das Taxas, o qual precisará ser aprovado pelo Tribunal;
  - b. arquivar um Requerimento para Pagar as Taxas em Prestações, o qual precisará ser aprovado pelo Tribunal;

---

<sup>2</sup> "O termo devedor significa uma pessoa... em relação à qual tiver sido iniciado um processo de acordo com este título". Artigo 101(13). Para mais definições de termos, ver o § 101 e o Glossário ao final deste Guia.

5. Pelo menos sete dias antes da reunião de credores marcada (também referida como a reunião do § 341), todos os devedores deverão enviar para o administrador uma cópia da sua declaração de imposto de renda federal do ano anterior.<sup>3</sup>
6. Além da declaração e renda, pelo menos sete dias antes da reunião de credores marcada, todos os devedores precisam enviar para o administrador todos seus demonstrativos de pagamento e outras comprovações de rendas recebidas dentro do prazo de sessenta dias anteriores à entrada com o processo.
7. Se um credor solicitar uma cópia da declaração de imposto pelo menos quinze dias antes da reunião de credores, os devedores deverão fornecer uma cópia para aquele credor pelo menos sete dias antes da reunião.
8. Na reunião de credores, os devedores devem fornecer duas formas de identificação: uma identificação fotográfica, tal como a carteira de habilitação ou o passaporte, e um comprovante do número de seguridade social (carteira da seguridade social, correspondência da Administração da Seguridade Social, formulários W-2 ou 1099 da Receita Federal- IRS ). Os devedores corporativos precisam fornecer prova de identidade, bem como a comprovação de que a pessoa que estiver comparecendo na Reunião de Credores tem a devida autorização para fazê-lo.
9. Todos os devedores devem comparecer à reunião de credores e responder sob juramento às perguntas do administrador. Os credores são convidados a comparecer a esta reunião.
10. Todos os devedores deverão cooperar com o administrador e responder a todos os pedidos razoáveis de informações e documentos.
11. Dentro de 45 dias depois da primeira data programada para a reunião de credores , todos os devedores consumidores devem concluir um curso de Gerenciamento Financeiro aprovado pelo Escritório do Administrador dos Estados Unidos e arquivar um certificado de conclusão no Tribunal. Esta exigência não se aplica às corporações ou empresas.

### **OBRIGAÇÕES DO CREDOR QUANDO UMA PESSOA ENTRA COM A PETIÇÃO DE FALÊNCIA**

Uma suspensão automática é imposta imediatamente por ocasião da entrada da petição de falência. O alcance desta suspensão está descrito melhor no § 362 do Código de Falências. Todas as atividades de cobrança devem parar. Por exemplo, se você fizer parte de uma ação cível contra o devedor, o processo não poderá avançar sem a aprovação do

---

<sup>3</sup> Os devedores também poderão fornecer para o administrador e/ou um credor uma transcrição da declaração de imposto aplicável.



Tribunal de Falências ou "liberação" da suspensão. Existem alguns limites para a suspensão, e estes limites também podem ser encontrados no § 362 do Código de Falências.

### **SUSPENSÃO LIMITADA/SEM SUSPENSÃO**

O Artigo 362(c)(3), (4) do capítulo 11 do Código dos EUA limita a suspensão para os devedores que tiverem entrado com o pedido de falência anteriormente. Se um devedor tiver tido um processo de falência em andamento no prazo de doze meses anteriores à entrada com o novo processo, a suspensão entrará em vigência quando da entrada em juízo do novo processo. Porém, a suspensão se encerrará trinta dias após a entrada do processo novo a não ser que o devedor archive uma petição para prorrogar a suspensão e esta petição seja arquivada e ouvida dentro do prazo de trinta dias. Se o devedor tiver tido 2 (dois) processos em andamento no prazo de doze meses anteriores ao arquivamento do novo processo na ausência de uma ordem do Tribunal de Falências.

Uma vez que pode haver consequências por descumprir a suspensão, recomendamos enfaticamente que você consulte o seu advogado antes de tomar qualquer providência contra um devedor, contra as propriedades do devedor (e em alguns casos, o codevedor) sem primeiro buscar as medidas apropriadas do Tribunal de Falências.

### **PEDIDO DE LEVANTAMENTO DA SUSPENSÃO AUTOMÁTICA**

O credor pode buscar uma medida contra a sustação automática. O Artigo 362 do capítulo 11 do Código dos EUA descreve as circunstâncias nas quais o credor pode buscar um Levantamento da Suspensão Automática, e as regras descrevem os mecanismos processuais que o credor deve usar para buscar um levantamento da suspensão automática. As petições de Levantamento da Suspensão Automática devem estar acompanhadas de custas de arquivamento de US\$ 176,00 e serão arquivadas com o Escrevente. A petição também deve estar acompanhada de uma Certidão de Citação refletindo a data e o método pelo qual a citação foi entregue para as partes corretas. Ver a Regra Local 4001-1 para obter informações adicionais sobre as Petições de Levantamento da Suspensão Automática.

### **INFRAÇÕES DA SUSPENSÃO**

Um credor que, apesar de ter ciência do início do processo de falência, continuar a se dedicar às atividades de cobrança se arrisca a ser responsabilizado por infração da suspensão. Isto pode resultar em danos, custas e honorários ser lançados contra o credor.

Um credor não precisa ter recebido uma comunicação oficial do Tribunal de Falências de que foi iniciado um processo de falência para ter conhecimento da falência. Na realidade, se um credor informar oralmente ao credor que foi iniciado um processo, isto poderá ser o suficiente para decidir que qualquer ato de cobrança posterior foi uma

infração consciente e intencional da suspensão. Se você tiver quaisquer dúvidas ou preocupações sobre se uma atividade poderá ser considerada uma infração da suspensão automática, você precisará muito consultar um advogado competente.

### **CANCELAMENTO**

Presumindo-se que o devedor tenha recebido um cancelamento, o cancelamento impede permanentemente o credor de cobrar a dívida.

## **TRABALHANDO COM PROFISSIONAIS**

### **ADVOGADOS**

Você poderá trabalhar com um advogado que poderá lhe dar aconselhamento e orientação jurídica específicos, sob medida para a sua situação. Para poder exercer a advocacia legitimamente no Tribunal de Falências dos Estados Unidos do Distrito de Massachusetts, o advogado precisa estar regularmente inscrito na seção da ordem dos advogados do Tribunal Distrital dos Estados Unidos do Distrito de Massachusetts. Para poder se inscrever na seção da ordem dos advogados do Tribunal Distrital dos Estados Unidos do Distrito de Massachusetts, o advogado precisa estar inscrito na ordem da Comunidade Econômica de Massachusetts.

Para determinar se uma pessoa é um advogado autorizado a praticar a advocacia na Comunidade Econômica de Massachusetts, visite a página da Internet da Junta de Supervisores da Ordem dos Advogados: [www.massbbo.org](http://www.massbbo.org). Para determinar se uma pessoa está regularmente inscrita no Tribunal Distrital do Distrito de Massachusetts, visite o website do Tribunal em [www.mad.uscourts.gov](http://www.mad.uscourts.gov) e procure em “Attorneys > Admission > MA – Federal Bar Search.”

Lembre-se o pessoal do Tribunal está proibido de fornecer orientação jurídica. Somente um advogado regularmente inscrito pode:

- Explicar o significado de uma determinação ou regra legal;
- Fornecer uma interpretação da jurisprudência;
- Explicar as consequências de agir ou deixar de agir em um processo;
- Ajudar você a preencher formulários ou lhe aconselhar sobre o que é legalmente necessário quando um formulário necessitar que você forneça informações;
- Orientar se a jurisdição de um processo é a correta;
- Orientar sobre se uma petição inicial apresenta corretamente uma reivindicação;

- Orientar quanto ao melhor procedimento ou estratégia para alcançar um objetivo específico;
- Orientar sobre quem deverá receber as intimações ou citações corretas com entrega de documentos.

### **Pro Se**

Se você pretende se representar a si mesmo *pro se* em um processo de falência (isto é, sem a ajuda de um advogado), o primeiro passo no processo é obter os formulários corretos. Os formulários oficiais, autorizados pela Conferência Judicial dos Estados Unidos, estão disponíveis online no endereço [www.mab.uscourts.gov](http://www.mab.uscourts.gov). Eles estão disponíveis de graça. Também podem ser encontrados links para o Código de Falências dos Estados Unidos bem como para as regras no website do Tribunal de Falências. Ficar sob a sua responsabilidade conhecer e compreender as mesmas.

As corporações, sociedades e sociedades de responsabilidade limitada não poderão arquivar documentos em um processo de falência *pro se* porém, existem determinados documentos que um representante que não for advogado (tal como um sócio, funcionário graduado ou funcionário) poderá arquivar *pro se* e que não chegam ao nível da prática da advocacia. Estes incluem:

- Pedido de Intimação de acordo com o Fed. R. Bankr. P. 2002(i)
- Comprovação de Reivindicação (Formulário Oficial B10)
- Retirada de uma Comprovação de Reivindicação
- Notificação de Transferência de Reivindicação que não seja por Garantia
- Requerimento de Busca nos Registros de Falências
- Solicitação para Recuperar Fundos Não Reclamados
- Contrato de Reafirmação e Ordem Proposta
- Cédula para votação na eleição de um administrador.
- Votação por cédulas sobre um plano proposto em um processo do capítulo 11 (o proponente do plano fica responsável por enviar a cédula pelo correio para que o credor dê o seu voto).

Se você estiver encontrando dificuldades para localizar um formulário, ou se tiver perguntas sobre um formulário, você deve entrar em contato com o Escrevente Pro Se.

O Código de Falências permite que representantes de corporações não advogados estejam presentes e participem da Reunião de Credores.

Se uma ação ou um processo for iniciado por corporações, sociedades ou empresas de responsabilidade limitada ou contra as mesmas, estas precisarão contratar um advogado. Por exemplo, uma corporação, sociedade ou empresa de responsabilidade limitada sem que um advogado compareça em seu nome, não poderá:

- Arquivar uma petição de Levantamento da Suspensão Automática

- Se defender em um processo contra a mesma<sup>4</sup>
- Se defender de uma oposição à sua comprovação de reivindicação<sup>5</sup>

### **ESCREVENTE DE DIREITO PRO SE**

O Tribunal tem um Escrevente de Direito Pro Se que atende durante o horário de expediente em todas as três Divisões: Boston (Oriental), Springfield (Ocidental) e Worcester (Central). O funcionário de Direito pro Se não pode te fornecer orientações jurídicas.

Aqui estão alguns exemplos de algumas perguntas básicas que o Escrevente de Direito Pro Se poderá responder para você:

- "Qual o tipo de processo de falência que o devedor arquivou?"
- "O que eu preciso arquivar para me opor à falência?"
- "O que eu preciso arquivar para responder a uma petição?"
- "Como que eu recebo as citações do processo?"
- "Como que eu faço uma intimação?"
- "O que é uma Reunião de Credores?" (A reunião do Artigo 341)
- "Quais são os prazos aos quais preciso ficar atento?"
- "Eu posso ter assistência jurídica gratuita?"

Embora o Escrevente de Direito Pro Se seja um advogado, o Escrevente de Direito Pro Se não pode exercer a advocacia. A orientação jurídica só pode ser obtida de um advogado. O Escrevente de Direito Pro Se poderá lhe encaminhar para uma agência de encaminhamento para advogados apropriada.

### **APRESENTAÇÃO**

A falência é um mundo jurídico complicado que possui o seu próprio vocabulário. Muitas definições usadas comumente são encontradas no § 101 (assim como no Glossário no final deste Guia). Existem alguns outros termos que você irá encontrar. Conhecê-los ajudará você a compreender o processo. Por exemplo:

- Massa falida: A massa falida está definida pelo § 541. Consultar este artigo para aprender o que constitui "propriedade da massa falida".
- Pré-petição e pós-petição: O termo "pré-petição" significa anteriormente à entrada da petição de falência. O termo "pós-petição" significa posteriormente ao início do processo.
- Administrador: Um administrador é o indivíduo nomeado para administrar os ativos da massa falida. O administrador poderá liquidar ou vender os

---

<sup>4</sup> Isto não proíbe que um representante não-advogado entre em contato com o advogado da parte contrária para discutir uma composição para a controvérsia.

<sup>5</sup> isto não proíbe um credor de alterar a sua comprovação de reivindicação pro se para sanar uma falha que tenha sido objeto de oposição à comprovação de reivindicação.

ativos, ou nos casos em que houver um plano, o administrador poderá cobrar os pagamentos e desembolsar os resultados financeiros para os credores.

Além de compreender os termos, é muito importante que você se proteja e à sua família, e também é importante que você não divulgue informações pessoais a respeito do devedor. Embora você tenha que fornecer informações verdadeiras e corretas nos seus arquivamentos, você deve tomar cuidado para não divulgar informações altamente pessoais e particulares suas ou do devedor.

Em todos os outros você deverá fornecer somente os quatro últimos dígitos do número de seguridade social do devedor (por exemplo, XXX-XX-1234). O mesmo se aplica a todos os números de contas. Você nunca deverá identificar os filhos menores pelos seus nomes. Liste-os somente como "filhos menores", ou "filhos adotivos menores" ou algo semelhante, e forneça as suas idades. Não inclua a data de nascimento completa do devedor - ou de qualquer outra pessoa. Inclua somente o ano de nascimento.

Em alguns casos, você terá que arquivar provas ou documentos adicionais. Por exemplo, se você arquivar uma comprovação de reivindicação, você poderá desejar anexar um documento que contenha o número da conta ou qualquer outra informação pessoal. Para estes casos, você deverá borrar estas informações, deixando apenas os quatro últimos dígitos.

Para maiores informações sobre a Política de Privacidade e Requisitos de Edição, visite o link debaixo de Informações sobre Falências no website do Tribunal.

### **ARQUIVANDO DOCUMENTOS E PAPÉIS**

Assim que todos os formulários estiverem preenchidos, você deve entregar os mesmos pessoalmente, ou envia-los pelo correio para o Tribunal de Falências dos Estados Unidos. O arquivo funciona entre 08hs30min da manhã até às 04hs30min da tarde nos dias úteis, mas o cartório fica aberto até às 05hs00min da tarde. Os endereços do Tribunal são:

*Divisão Oriental/Boston:*

Tribunal de Falências dos Estados Unidos  
Estados Unidos  
John W. McCormack Post Office and Court House  
5 Post Office Square, Suite 1150  
Boston, MA 02109-3945

*Divisão Central/Worcester:*

Tribunal de Falências dos  
Donohue Federal Building  
595 Main Street, Room 211  
Worcester, MA 01608-2076

*Divisão Ocidental/Springfield:*

Tribunal Federal dos Estados Unidos  
United States Courthouse  
300 State Street  
Springfield, MA 01105

Embora o Tribunal de Falências realize audiências em Hyannis, o local em Hyannis não aceita pedidos de arquivamento. Para os processos designados para a divisão Cape, todos os pedidos devem ser arquivados Tribunal de Boston.

Para determinar para qual divisão enviar documentos, consulte as ordens que tiver recebido do Tribunal, ou consultar o Apêndice 5 das Regras Locais do Tribunal de Falências do Distrito de Massachusetts. Estas regras podem ser encontradas no website do Tribunal no endereço: [www.mab.uscourts.gov](http://www.mab.uscourts.gov).

### **NÚMERO DO PROCESSO**

Todos os processos arquivados no Tribunal recebem um número de processo, o qual às vezes também é chamado de número de arquivo. o número do processo é discriminado em seções. Por exemplo, no número do processo 11-22665 FJB: o "11" representa o ano de início do processo. Neste caso, o mesmo foi arquivado em 2011. O "22665" é o número que foi designado para o processo. A sigla "FJB" significa o Juiz para o qual o processo foi distribuído. Neste caso, o processo foi distribuído para o Juiz-Presidente Frank J. Bailey.

Todas as manifestações e documentos arquivados no Tribunal devem conter o número de arquivo do processo a que se referem. Quando se estiver falando com qualquer auxiliar do Escrevente do Tribunal, inclusive com o Escrevente de Direito Pro Se, se assegure de ter estas informações por perto.

### **ACESSO AO ARQUIVO ELETRÔNICO PARA CREDORES**

Os credores individuais pro se no processo de falência não podem arquivar documentos por via eletrônica. O Escrevente de Direito Pro Se possui um endereço de e-mail. Porém, as manifestações e outros documentos não podem ser arquivados por e-mail e o Escrevente de Direito Pro Se não aceitará nenhuma manifestação enviada por e-mail.

Um benefício adicional de ter uma aconselhamento jurídica competente é que todos os advogados que exercem a advocacia perante o Tribunal de falências estão obrigados a arquivar por via eletrônica todos os documentos e manifestações. Isto evita ter que viajar até o tribunal e diminuir as preocupações com envio de documentos por correio ou portador, bem como enviar cópias para as outras partes que estiverem representadas e participem do Arquivo do Processo Eletrônico.

Embora os credores pro se não possam arquivar documentos por meio eletrônico, você poderá visualizar todos os arquivos no Tribunal referentes ao processo nos terminais de computador públicos localizados no escritório do tribunal em todas as Divisões. Você também pode obter um nome de usuário e uma senha do PACER, o que lhe possibilitará visualizar os documentos desde qualquer computador. Para obter um nome de usuário e senha do PACER, você deve visitar a página [www.pacer.gov](http://www.pacer.gov) e clicar no link "*Case Search Only Registration*" para preencher o formulário de inscrição online. este serviço não é gratuito,

existe uma despesa de US\$ 0,08 por cada página que você visualizar. Observar: a partir do dia 12 de abril de 2012 esta taxa será aumentada para US\$ 0,10 por cada página visualizada.

## **PRAZOS FINAIS**

O processo de falência pode se movimentar muito rapidamente, especialmente os processos do capítulo 7. Existe uma quantidade de prazos finais que se aplicam aos credores no processo de falência e muitos destes prazos finais são determinados no exato momento em que o processo é arquivado.

Os prazos finais mais importantes são aqueles para entrar com oposições aos cancelamentos, para entrar com oposições às reivindicações de isenção do devedor e para arquivar uma comprovação de reivindicação. Você deverá cumprir rigidamente os prazos finais. Na eventualidade de que você precise de um tempo adicional para arquivar um documento, ou para dar cumprimento a uma ordem do Tribunal, você deverá solicitar uma prorrogação - arquivando uma Petição de Prorrogação de Prazo - antes do vencimento do prazo final.

Lembre-se disto: se você perder um prazo, e você poderá, e em muitos casos perderá os seus direitos.

Os prazos finais também podem ser encontrados por todas as Regras e pelo Código. Lembre-se, se você decidir ser pro se você será o responsável por conhecer e cumprir todos os prazos finais aplicáveis.

## **O PROCESSO DE FALÊNCIA**

### **RECEBENDO INTIMAÇÕES**

Embora você possa estar indicado na lista de credores, isto por si só não garante que você receberá as intimações de todos os documentos arquivados no processo de falência. Para receber cópias de todos os documentos, você deve arquivar um pedido de intimações. No Apêndice A você encontrará um exemplo de pedido de intimações. A intimação deve ser preparada, impressa, assinada e depois arquivada no Tribunal.

Se você arquivar uma intimação no Tribunal, ou qualquer outra manifestação, ou se você receber qualquer intimação do Tribunal de Falências de que você é um credor em um processo, é muito importante que você comunique para o Tribunal se você se mudar ou se as suas informações de contato mudar de alguma maneira. Os processos de falências podem levar meses e às vezes anos para chegarem ao seu final, e o Tribunal não terá como lhe enviar intimações sem o seu endereço atualizado.

Você também poderá visualizar todos os arquivamentos do processo nos terminais de computadores públicos localizados no cartório do Escrivão em todas as Divisões de graça. Para sua conveniência adicional, você poderá obter um nome de usuário e uma

senha do PACER, o que lhe possibilitará visualizar os documentos desde qualquer computador.

## **O ADMINISTRADOR**

Em um processo do capítulo 7, o administrador possui uma quantidade de responsabilidades, as quais podem ser encontradas no § 704. As responsabilidades dos administradores do capítulo 13 estão elencadas no § 1302. As responsabilidades dos administradores do capítulo 11 em processos e pequenas empresas podem ser encontradas no § 1116, e as dos administradores do capítulo 12 no § 1202.

Embora o administrador compartilhe alguns interesses comuns com os credores, os administradores de falências não podem ser os representantes de nenhum credor, mas deve representar a todos os credores imparcialmente. Portanto, os credores não podem se basear no administrador para a sua orientação e representação jurídica. Para as perguntas específicas, os credores devem consultar com os seus próprios advogados.

## **REUNIÕES DE CREDORES DE CONFORMIDADE COM O § 341(A)**

Logo após o processo de falência ter sido arquivado, o Tribunal enviará para você juntamente com os outros credores indicados na lista de credores uma Intimação de Processo do Capítulo \_\_, Reunião de Credores e Prazos Finais". Esta também é comumente referenciada como a "reunião do 341" ou a "reunião de credores". No espaço depois de capítulo, a intimação indicará em qual capítulo o processo foi arquivado: 7, 11,12 ou 13. Esta intimação avisa a você que o credor entrou com uma petição de falência e que você e os demais credores estão proibidos de tomar determinadas providências contra o devedor ou contra a propriedade do devedor. Esta intimação também lhe informa os principais prazos finais, tais como:

- A data até a qual terão que arquivar uma Comprovação de Reivindicação, se parecer haver ativos que possam ser liquidados para pagar os credores;<sup>6</sup>
- O prazo dentro do qual deverá ser arquivada uma petição se opondo ao cancelamento de acordo com o § 523(a) ou oposição ao cancelamento de todos os devedores de acordo com o § 727(a); e
- O prazo para apresentar oposição à isenção de propriedade do devedor reivindicada na Tabela C.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Se não parecer haver ativos para pagar reivindicações, a Intimação afirmará "Não entre com comprovação de reivindicação a menos que receba intimação para fazê-lo". Se mais tarde for determinado que existam ativos para pagar reivindicações, outra intimação será enviada comunicando o prazo final para arquivar as comprovações de reivindicações.

<sup>7</sup> Este prazo final não consta expressamente da intimação. Porém, o prazo final para entrar com oposições às isenções é determinado no Fed. R. Bankr. P. 4003. Pelo menos um fator determinante para quando será este prazo final está indicado nesta intimação. A regra 4003 determina, na sua parte pertinente: "...uma parte interessada poderá arquivar uma oposição à lista de propriedades reivindicadas como isentas dentro de 30 dias após a reunião de credores realizada de acordo com o §



No verso desta intimação existem informações importantes que você deve ler.

A intimação da reunião fornece a data específica, horário e o local da reunião, à qual os credores são convidados a comparecerem. A intimação também informa para todos que foi nomeado um administrador para o processo, e o nome, endereço e demais informações de contato do administrador. O papel do administrador é o de inquirir o devedor na reunião de credores a respeito da sua situação financeira, e determinar se existem quaisquer ativos que sejam de propriedade do devedor e que não possam ficar isentos e que ele ou ela poderiam liquidar (por exemplo, vender) para que assim ele ou ela pudessem gerar dinheiro para pagar os credores.

### **PREPARANDO PARA A REUNIÃO DE CREDITORES**

Todas as Reuniões do § 341 são registradas em fita de áudio ou por gravador digital. Depois que o devedor ou o seu representante tiverem prestado compromisso, o administrador perguntará ao devedor se preencheu a petição e as tabelas e se estas são verdadeiras e estão certas. Então lhe será dada a oportunidade de fazer perguntas. O administrador pode limitar as perguntas baseado no tempo disponível e nos demais credores que também estejam presentes. O administrador também poderá sugerir que você busque informações adicionais através de um interrogatório com base no Fed. R. Bankr. P. 2004.<sup>8</sup>

### **SOBRE A REUNIÃO DE CREDITORES**

A Reunião de Credores é presidida pelo administrador nomeado para o processo. O Tribunal de Falências não preside e nem comparece à Reunião de Credores. Ver o § 341(c). A reunião não é uma audiência na qual qualquer parte pode solicitar que o processo seja recusado. Esta solicitação somente pode ser feita por escrito para o Tribunal por meio de uma Petição para Recusar.

Se você não puder comparecer a uma Reunião de Credores, você deve entrar em contato com o administrador designado para o processo para saber quais os passos que você pode adotar para participar da reunião.

---

341(a) for concluída, ou dentro de trinta dias depois de ter sido arquivada qualquer alteração na lista ou qualquer modificação na lista ou serem arquivadas tabelas complementares, seja qual a que ocorrer por último". Fed. R. Bankr. P. 4003(b)

<sup>8</sup> A regra 2004 determina, na sua parte pertinente: "mediante uma petição de qualquer parte interessada, o tribunal poderá ordenar o interrogatório de qualquer entidade". Fed. R. Bankr. P. 2004(a) "O interrogatório de uma entidade de acordo com esta regra ou do devedor... poderá ser relacionado somente com os atos, conduta, ou propriedade ou às responsabilidades e condições financeiras do devedor, ou a quaisquer assuntos que possam afetar a administração da massa falida do devedor, ou ao direito do devedor a um cancelamento". Fed. R. Bankr. P. 2004(b). Antes de pedir um interrogatório do devedor ou de qualquer outra entidade de acordo com a Regra 2004, recomendamos enfaticamente que você consulte um advogado.

Exceto em circunstâncias raras, as Reuniões de Credores são realizadas conjuntamente com outras reuniões de credores, e frequentemente na presença de outras pessoas que estão esperando que as suas reuniões sejam apregoadas.

#### **APÓS A REUNIÃO DE CREDORES**

Os credores e o administrador possuem um prazo final de trinta dias depois da Reunião de Credores para entrar com as oposições às reivindicações de isenção do devedor. Ver fed. R. Bankr. P. 4003. Se o devedor alterar a Tabela C ( a Tabela do Devedor de Propriedade Reivindicada como Isenta) depois da Reunião dos Credores, será disparado um novo prazo final de trinta dias.

Os credores e o administrador possuem um prazo final de sessenta dias depois da data da primeira reunião de credores para arquivar uma petição inicial se opondo ao cancelamento.

Certas dívidas não são passíveis de cancelamento. Estas exceções ao cancelamento se encontram no § 523 (a) do Código de Falências. Em alguns casos, para poder ter uma exceção ao cancelamento o devedor deve iniciar um processo contencioso arquivando uma petição Inicial no Tribunal. Ver por exemplo o § 523(a)(8). Em outros casos, é o credor que deve arquivar a tempo a petição inicial em oposição ao cancelamento. Ver por exemplo o § 523(c)(1). O Cartório do Tribunal não pode lhe aconselhar sobre se uma dívida que lhe possa ser vencida é passível de cancelamento. Se você tiver dúvidas sobre se a dívida que lhe é devida pode ser cancelada ou não, você precisa muito consultar um advogado com urgência.

O prazo final exato para arquivar uma Petição Inicial em Oposição ao Cancelamento para o Devedor está declarado na intimação para reunião que lhe foi enviada logo após a arquivamento. As prorrogações deste prazo final poderão ser permitidas arquivando uma petição dentro do prazo no Tribunal. Um documento que é arquivado tempestivamente é aquele que for arquivado antes ou até o prazo final. Se este prazo final passar, e não houver nenhuma petição inicial em oposição ao cancelamento, e não tiver sido concedida nenhuma prorrogação, o tribunal formalizará o cancelamento. De forma simples, o cancelamento libera o devedor de qualquer responsabilidade pessoal por todas as dívidas canceláveis listadas nas tabelas da falência do devedor.

#### **PROCESSO CONTENCIOSO**

O processo contencioso é um procedimento processual separado numa falência. Num processo de falência, existe um devedor e existem os credores, mas num processo contencioso existe uma autora e existe uma ré. A autora inicia o processo contencioso, e a ré é a parte que responde ou se defende.

O processo contencioso é iniciado pela autora que arquiva uma petição inicial. Depois que a ré tiver recebido a citação expedida pelo tribunal juntamente com a cópia da petição inicial, a ré arquiva uma contestação. A ré poderá, mas não está obrigada a fazê-lo, arquivar uma petição pela recusa ou para usar outros mecanismos processuais, tais como solicitando que outra parte ingresse no processo. O processo vai então para a instrução, onde as partes trocam informações e obtêm provas para dar suporte às suas respectivas reivindicações.

As regras que regem o processo contencioso podem ser encontradas na Parte VII das Regras Federais de Processos de Falências. Fed. R. Bankr. P. 7001 identifica os tipos de atos que seriam considerados processo contencioso.

Uma credora poderá vir a ser a ré num processo contencioso se tiver recebido um pagamento preferencial, ou se a devedora buscar a determinação de que uma dívida em especial se encontra cancelada. Um a credora também pode ser a autora num processo contencioso se a credora buscar a determinação de que a dívida que lhe for devida não seria passível de cancelamento.

Quer você esteja iniciando um processo contencioso, ou se estiver se defendendo num processo contencioso é importante saber que os processos contenciosos podem ser excepcionalmente complicados. As regras processuais são idênticas na maioria dos seus aspectos às Regras Federais de Processo Civil. Os mecanismos de instrução tais como depoimentos e solicitações de apresentação de documentos poderão ser utilizados.

As decisões finais do Tribunal se basearão nas provas. Estas decisões finais poderão ser baseadas em petições (ver, por exemplo, Fed. R. Bankr. P. 7056 ou em seguida ao julgamento, no qual as testemunhas são inquiridas e reperguntadas e os documentos são aceitos e juntados como provas. As regras relacionadas com a admissibilidade de provas podem ser encontradas nas Regras Federais sobre Provas. Se você estiver contemplando entrar com um processo contencioso, ou se você se achar fazendo parte de um processo contencioso, você precisa consultar urgentemente com um advogado ou com o Cartório de Direito Pro Se. Porém, lembre-se, o Cartório do Tribunal (e isto inclui o Funcionário de Direito Pro Se) não podem fornecer orientações jurídicas para você.

## **O PROCESSAMENTO DAS REIVINDICAÇÕES**

### **COMPROVAÇÃO DE REIVINDICAÇÃO**

Na maioria dos processos de falência os credores são pagos pelo administrador com os recursos da massa falida. Porém, a maioria dos processos do capítulo 7 que são arquivados são considerados como "sem ativos". Isto significa que o devedor não possui ativos que não estejam isentos para liquidar e pagar os credores. Nestes processos, os

credores sem garantia não receberão nenhum pagamento pelas suas reivindicações, e tais reivindicações serão canceladas a não ser que seja acolhida uma oposição ao cancelamento.

Além disso, não será pago nenhum credor pela massa falida se o mesmo não tiver arquivado uma comprovação de reivindicação.<sup>9</sup> Para arquivar uma reivindicação, os credores devem usar o formulário oficial B 10. Ver no Apêndice B. Quando estiverem preenchendo uma comprovação de reivindicação, os credores nunca deverão incluir o número completo da conta do devedor, e nunca deverão incluir o número de seguridade social completo do devedor. As comprovações de reivindicação devem ser arquivadas até o prazo final estabelecido pelo Tribunal. A falta de arquivamento da comprovação de reivindicação dentro do prazo poderá resultar na mesma ser rejeitada.

Os credores que estiverem arquivando comprovações devem prestar uma atenção especial à Parte III do Fed. R. Bankr. P. 3001 até o 3022, assim como à Regra Local 3001-1; Apêndice 1, Capítulo 13, Regra 13-13.

O simples arquivo de uma reivindicação não resulta automaticamente na mesma ser acolhida e paga. Os credores devem ter em mente que as partes interessadas (a saber, os administradores e os devedores) poderão se opor às comprovações de reivindicações. A parte que estiver em oposição a uma reivindicação deverá arquivar uma oposição por escrito com o Escrevente. Se o credor não estiver de acordo com a oposição, o credor que for o sujeito da oposição à reivindicação deverá arquivar uma contestação escrita com o Escrevente. Se as partes não conseguirem chegar a um acordo sobre as questões levantadas pela oposição à reivindicação, o Tribunal agendará uma audiência. As informações adicionais sobre o processamento da oposição à reivindicação poderão ser encontradas na Regra Local 3007-1; Apêndice 1, Capítulo 13, Regra 13-13.

Além disso, arquivar uma reivindicação não garante que você irá receber as intimações do processo. Se você quiser receber as intimações e documentos juntados ao processo, consulte a seção anterior "Recebendo Intimações". Além disso, caso tenha arquivado uma comprovação de reivindicação, comunique ao Tribunal e ao administrador sobre qualquer mudança nas suas informações de contato (endereço postal, número de telefone, etc.).

Por último, mas com importância igual, o Tribunal exige uma via original assinada da comprovação de reivindicação arquivada até o prazo final determinado pelo Tribunal.

### *Tipos de Reivindicações*

No Formulário Oficial B 10, você terá que identificar se a sua reivindicação é garantida, prioritária sem garantia ou sem garantia. A Página 3 do Formulário Oficial contém definições que poderão lhe ajudar a determinar a natureza da sua reivindicação. Lembre-se, ninguém do cartório do Escrevente, inclusive o Escrevente de Direito Pro Se, pode analisar a sua reivindicação e determinar que tipo de reivindicação você tenha. Se

---

<sup>9</sup> Em determinadas circunstâncias, os devedores e administradores poderão arquivar comprovações em nome de credores, porém eles não estão obrigados a fazê-lo.

você não estiver seguro sobre o tipo de reivindicação que possui você deve consultar um advogado.

### *Fundos não reivindicados*

Não existe uma data marcada na qual os credores podem ter previsão de receber os cheques do administrador. Sendo assim, você deve comunicar ao Tribunal e ao administrador qualquer mudança de endereço para evitar que os seus pagamentos não sejam reivindicados. Surge um dividendo não reivindicado quando o administrador envia pelo correio o cheque para o seu endereço registrado nos autos, mas o cheque retorna por problemas no endereço (ou, alternativamente, nunca é descontado por qualquer motivo). De acordo com os capítulos 1, 12 e 13, noventa dias após a distribuição final de ativos, o administrador cessará o pagamento de quaisquer cheques não negociados e depositará os fundos no Tribunal como não reivindicados. O Tribunal então se torna o Guarda dos fundos até que a pessoa que tem direito aos mesmos entre com um requerimento/petição no Tribunal pedindo o pagamento.

Os fundos não podem ser liberados sem uma ordem do Tribunal. Para requerer uma ordem assim, o reivindicante deverá peticionar ao Tribunal pedindo o pagamento, fornecer uma comunicação ao Procurador dos Estados Unidos e outras partes respectivas e, depois de ter fornecido prova cabal de seu direito aos fundos, será emitida uma ordem determinando a distribuição. Uma petição de amostra do pedido de pagamento de fundos não reivindicados vai anexada como Anexo B e também está disponível no website do Tribunal.

### **OPOSIÇÕES ÀS REIVINDICAÇÕES**

Uma reivindicação arquivada poderá ser objeto de uma oposição pelo devedor e/ou administrador ou outra parte interessada. Se a sua reivindicação tiver oposição, você deverá arquivar uma contestação dentro do prazo. Se você não arquivar a contestação, a oposição será aceita, o que significa que a sua reivindicação será rejeitada, na sua totalidade ou parcialmente.

Presumindo que a sua reivindicação tenha sido oposta e que tenha sido arquivada a contestação, as Regras Locais determinam uma estrutura que pode ser encontrada na Regra 3007-1. Porém, nos processos do capítulo 13, o procedimento está localizado na Regra Local, Apêndice 1, Capítulo 13, Regra 13-13.

Neste processo, as partes são obrigadas a se reunirem para tentar resolver as questões em controvérsia. Se não puder ser alcançado um acordo sobre todas as questões, a parte oponente arquivará uma comunicação. Na condição de credor, você está obrigado a participar desta conferência e a regra determina que possam ser impostas sanções, inclusive a aceitação ou rejeição da oposição além de multas financeiras. Ver o Capítulo 13, Regra 13-13(d).

## **PETIÇÕES, AUDIÊNCIAS E COMPARECIMENTOS EM JUÍZO**

Durante um processo de falência as circunstâncias poderão fazer com que você tenha de obter uma ordem do Tribunal. Isto pode ser conseguido através de uma petição.

Uma petição é um pedido formal e por escrito ao juiz por uma medida judicial ou por uma decisão sobre uma determinada matéria ou questão. A parte que estiver arquivando a petição geralmente é referenciada como a "parte peticionária" ou a "peticionária". Algumas petições ou pedidos poderão ser feitos oralmente em julgamento aberto ao público, mas na falência, a maioria das petições deve ser feita por escrito com intimação de todas as partes apropriadas. Ver as Regras Locais 9013-1 e 9013-3 para obter orientação adicional.

Na petição por escrito a parte peticionária faz o pedido e depois explica ao Tribunal por que a medida judicial é pedida. Sob as circunstâncias corretas, o Tribunal pode decidir sobre a petição sem marcar uma audiência.

As Regras Federais de Processos de Falência bem como as Regras Locais do Tribunal de Falências dos Estados Unidos do Distrito de Massachusetts possuem diversas determinações a respeito de petições, bem como determinações sobre como contestar uma petição. Se você precisar arquivar uma petição, ou se você precisar contestar uma petição, é muito importante que você conheça muito bem tais regras. Se você tiver dúvidas importantes sobre como deve preparar a sua petição, você deverá obter a orientação de um advogado. O Cartório do Tribunal não pode dar orientação jurídica importante.

Para evitar um atraso na concessão da medida judicial, ou para evitar que a petição seja negada, é muito importante se assegurar de que as partes tenham sido citadas corretamente da sua petição e que você arquite um certificado de citação com o Escrevente.

### **AUDIÊNCIAS**

Periodicamente, o tribunal marcará uma audiência sobre uma petição. Quando isto ocorrer, o Tribunal lhe enviará uma intimação. Se você for a parte peticionária, você receberá pelo correio uma intimação da audiência. Na maioria das circunstâncias, a intimação da audiência lhe ordenará que entregue uma cópia da intimação para todas as partes e arquivar um certificado de citação comprovando que você cumpriu a exigência.

Em raras circunstâncias, o Tribunal poderá marcar uma audiência de emergência ou de forma sumária. Será bom para você que quaisquer documentos que arquivar no Tribunal, além do seu nome e endereço para correspondência também inclua um telefone em funcionamento através do qual o Escrevente possa entrar em contato contigo.

Geralmente, as audiências são marcadas com dias e às vezes semanas de antecedência. Se você tiver um conflito de agenda, deverá solicitar imediatamente uma data nova arquivando uma Petição para Prorrogar Audiência e entregando cópias para todas as partes (e, sempre que for possível, obtendo um acordo das outras partes do processo). Se você não tiver recebido uma resposta do Tribunal anteriormente à data da audiência marcada, você deve ligar para Cartório do Tribunal para determinar se a sua petição para Prorrogar Audiência foi acolhida ou rejeitada. Se a petição tiver sido rejeitada, você precisará comparecer à audiência.

Não é necessário que os credores compareçam a todas as audiências do processo de falência, e também não estão eles obrigados a contestar todas as petições apresentadas. Entretanto, todo documento que você receber deverá ser lido com cuidado. Se você for a parte peticionária ou a parte que contesta ou se defende, será exigida a sua presença na audiência.

As audiências poderão ser de instrução ou não, o tribunal emitirá uma comunicação sobre qual se aplicará à audiência. Uma audiência que não seja de instrução é uma na qual não haverá a produção de nenhuma prova para o Tribunal. por outro lado, esta pode ser a ocasião para as partes entrarem em acordo sobre fatos e provas, e para o Tribunal poder decidir sobre os argumentos das partes. A maioria dos assuntos que necessita de uma audiência no Tribunal de Falências começa com uma audiência que não é de instrução, porém, se houver uma controvérsia de uma questão importante sobre fato, será marcada uma audiência não instrutória.

Em uma audiência instrutória o Tribunal aceita as provas por meio de documentos e/ou depoimentos, e a parte contrária poderá arquivar as suas próprias provas e dar depoimentos. Ambas as partes terão o direito de reperguntar às testemunhas. Antes de comparecer pro se numa audiência instrutória, recomendamos muito que você consulte antes um advogado de falências competente.

#### **COMPARECIMENTOS VIA TELEFONE OU VIDEOCONFERÊNCIA**

Por um motivo comprovadamente justo, uma parte poderá comparecer a um procedimento judicial através de telefone ou videoconferência. Este processo é regido pela Regra local 9074-1

#### **CERTIFICADOS DE INTIMAÇÕES**

Um certificado de intimação é uma declaração por escrito arquivada no Tribunal indicando que você enviou pelo correio as cópias de uma manifestação, intimação ou petição em especial para todas as partes apropriadas. Para determinar quais são as partes apropriadas, você deverá determinar (1) quem arquivou um comparecimento no seu processo; (2) quem são os administradores designados para o seu processo; (3) quem solicitou intimações no seu processo; e (4) quais são as partes necessárias e apropriadas

para receber as intimações de acordo com as Regras Federais de Processos de Falências e as Regras Locais do Tribunal de Falências dos Estados Unidos para o Distrito de Massachusetts.

Os certificados de intimações são importantes. Eles fornecem ao Tribunal provas irrefutáveis de que as citações foram entregues, e que as partes foram intimadas sobre os seus direitos e a sua oportunidade para serem ouvidas. As petições podem ser recusadas, e as audiências poderão ser atrasadas se o certificado de intimação for deficiente ou nunca tiver sido arquivado.

O certificado de intimação precisa ser incluído juntamente com a manifestação que você estiver arquivando e deverá estar assinado por você. Este certificado deverá declarar o seguinte:

- A data da entrega da intimação.
- O método de entrega da citação (correio, mensageiro de um dia para o outro, fax, e-mail, em mãos, etc.)
- Os nomes e endereços das partes intimadas.

Para leitura adicional sobre os Certificados de Intimações, ver a Regra Local 9013-3 e Fed. R. Bankr. P. 2002.

### **COMPARECIMENTOS EM JUÍZO**

Sempre que você tiver uma audiência marcada, chegue no horário. Se assegure de vestir-se adequadamente, a sua audiência será realizada num Tribunal de Falências dos Estados Unidos, e sentença será dada por um Juiz de Falências dos Estados Unidos. Pense em usar a roupa que você usaria para comparecer a um evento religioso num feriado ou para ir a uma entrevista de emprego.

Planeje adequadamente levando em conta o tráfego, transporte público e o estacionamento. Pense em fazer arranjos alternativos para o cuidado das crianças de forma que você possa concentrar a sua atenção exclusivamente nas questões factuais e de direito que estão marcadas para serem ouvidas. Todos os prédios do tribunal possuem segurança, e em Boston você terá que passar por duas verificações de segurança uma para o Edifício Federal e a outra para o tribunal. Os credores pro se que não estiverem inscritos na ordem dos advogados não são autorizados a portar telefones celulares dentro do Tribunal e você terá que deixar os mesmos com a segurança.

Se chegar ao tribunal e o juiz ainda não tiver ocupado a sua cadeira, você poderá querer falar com o Substituto da Sala do Tribunal (que poderá estar sentado na mesa em frente ao juiz) para registrar a sua presença. Se o juiz já estiver sentado na sua cadeira, o tribunal está em funcionamento e você deverá se sentar em silêncio e aguardar que o seu processo seja apregoadado.



Nos tribunais federais, as partes falam de um pódio que geralmente fica localizado entre duas mesas na sala do tribunal. As partes somente devem falar desde o pódio e no microfone.

O tribunal utiliza tecnologia de áudio digital. É muito importante que você se identifique antes de falar pela primeira vez (por exemplo, "João da Silva, credor") e que fale claramente.

Esteja preparado para responder as perguntas do Tribunal e para contestar quaisquer argumentos ou afirmações que forem feitas pelas outras partes. Seja sempre educado e respeitoso. Não interrompa as outras partes. Se você desejar contestar uma afirmação feita pela parte contrária depois que você já tiver falado, peça ao tribunal uma oportunidade para ser ouvido após a parte contrária terminar as suas declarações.

Embora você possa comparecer pro se, você deverá se comportar com o nível de dignidade e decoro que se espera de qualquer pessoa que estiver perante um tribunal. Também se espera que você tenha um conhecimento do direito e dos fatos a respeito da questão que está perante o tribunal.

## **O que os credores devem saber sobre o Capítulo 7: Liquidação de acordo com o Código de Falências**

*O capítulo do Código de Falências que determina a "liquidação", (ou seja, a venda das propriedades não isentas do devedor e a distribuição do resultado financeiro para os credores).*

### **Antecedentes**

Um processo de falência de acordo com o capítulo 7 não envolve o arquivo de um plano de amortização como no capítulo 13. Ao contrário, o administrador de falências reúne e vende todos os ativos não isentos do devedor e utiliza o resultado financeiro de tais ativos para pagar os detentores de reivindicações (credores) de acordo com as determinações do Código de Falências. Uma parte das propriedades do devedor pode estar sujeita a gravames e hipotecas que penhoram a propriedade para outros credores. Além disso, o Código de Falências permitirá que o devedor mantenha determinadas propriedades que são "isentas", mas o administrador liquidará os ativos restantes do devedor. No capítulo 7, os devedores poderão perder propriedades (mas isto não acontece sempre).

### **Elegibilidade**

Para se qualificar para ter a proteção do capítulo 7 do Código de Falências, o devedor poderá ser um indivíduo, uma sociedade, uma corporação ou uma pessoa jurídica. Artigos 101(41), 109(b) do capítulo 11 do Código dos EUA. Condicionada ao teste de meios descrito

acima para devedores individuais, a proteção está disponível de acordo com o capítulo 7 sem levar em conta o valor das dívidas do devedor ou se o devedor está solvente ou insolvente. Um indivíduo não pode entrar com o pedido de acordo com o capítulo 7 ou qualquer outro capítulo, no entanto, se durante os 180 dias anteriores, um pedido de falência prévio tiver sido negado devido à falta intencional de comparecimento do devedor perante o tribunal ou de cumprimento das ordens do tribunal ou se o devedor tiver retirado voluntariamente um caso anterior após os credores terem buscado medidas protetivas do tribunal de falências para recuperar propriedades sobre as quais detêm gravames. Artigos 109(g), 362(d) e (e) do capítulo 11 do Código dos EUA.

Além disso, nenhuma pessoa pode ser devedora de acordo com o capítulo 7, ou qualquer capítulo do Código de Falências, a não ser que ele ou ela tenham, dentro de 180 dias antes de entrar com o pedido, recebido orientações sobre crédito de uma agência de orientação sobre crédito aprovada, quer seja de forma individual ou em grupo. Artigos 109, 111 do capítulo 11 do Código dos EUA. Existem exceções em situações de emergência ou quando o administrador dos Estados Unidos (ou o administrador de falências) tiver determinado que exista uma quantidade insuficiente de agências aprovadas para fornecer a aconselhamento exigida. Se tiver sido desenvolvido um plano de gerenciamento de dívida durante o aconselhamento de crédito exigido, o mesmo deve ser arquivado no tribunal.

Uma das finalidades básicas da falência é a de cancelar determinadas dívidas para poder dar a um indivíduo honesto um "recomeço". O devedor não terá mais

nenhuma responsabilidade de pagar as dívidas canceladas. Em um processo do capítulo 7, porém, o cancelamento está disponível somente para pessoas, e não para as sociedades ou corporações .

Artigo 727(a)(1) do capítulo 11 do Código dos EUA. Embora um processo individual do capítulo 7 geralmente resulte em um cancelamento de dívidas, o direito a um cancelamento não é absoluto, e alguns tipos de dívidas não são cancelados. Ademais, um cancelamento de falência não extingue um gravame sobre uma propriedade.

### **Como o Capítulo 7 funciona**

Um processo do capítulo 7 se inicia com o devedor entrando com uma petição no tribunal de falências que serve a área na qual o indivíduo reside ou onde a empresa devedora estiver constituída ou possuir sua sede social ou seus principais ativos.<sup>10</sup> Além da petição, o devedor também precisará arquivar no tribunal: (1) tabelas de ativos e passivos; (2) uma tabela da renda e das despesas atuais; (3) um demonstrativo das questões financeiras; e (4) uma tabela dos contratos executários e aluguéis não vencidos. Fed. R. Bankr. P. 1007(b). Os devedores também deverão fornecer ao administrador do processo uma cópia da declaração de imposto ou transcrições do último exercício fiscal bem como as declarações de impostos arquivadas durante o processo (inclusive as declarações de impostos de exercícios anteriores que não tiverem sido arquivadas quando o processo se iniciou).

---

<sup>10</sup> Um processo involuntário do capítulo 7 também pode ser iniciado sob determinadas circunstâncias através de uma petição arquivada pelos credores que detenham reivindicações contra o devedor. Artigo 303.

Artigo 521 do capítulo 11 do Código dos EUA. Os credores poderão solicitar as declarações de impostos ou transcrições. Ver o Artigo 521(e)(2)(A) do capítulo 11 do Código dos EUA.

Os devedores individuais que possuam basicamente dívidas de consumo possuem exigências adicionais de arquivamento. Estes deverão arquivar: um certificado de aconselhamento de crédito e uma cópia de qualquer plano de amortização desenvolvido durante tal aconselhamento de crédito; comprovante de pagamento de empregadores, se houver, recebidos nos 60 dias anteriores ao arquivamento;<sup>11</sup> um demonstrativo da renda líquida mensal e qualquer aumento previsto na renda ou nas despesas após entrar com processo; e um registro de qualquer interesse que o devedor possua em educação qualificada estadual ou federal ou contas de mensalidades escolares. Id. Um marido e sua esposa podem entrar com uma petição em conjunto ou petições individuais. Artigo 302(a) do capítulo 11 do Código dos EUA. Mesmo que estejam arquivando em conjunto, o esposo e a esposa estão sujeitos a todas as exigências de apresentação de documentos dos devedores individuais. (Os Formulários Oficiais podem ser obtidos na Internet no endereço [www.uscourts.gov/bkforms/index.html](http://www.uscourts.gov/bkforms/index.html). Os formulários também podem ser obtidos no tribunal).

Os tribunais precisam cobrar as taxas iniciais de US\$ 245, uma taxa administrativa para diversos de US\$ 46 e uma taxa adicional do administrador de US\$ 15 (US\$ 299). Normalmente, as taxas precisam ser pagas para o escrevente do

---

<sup>11</sup> Ver a Regra Local 4002-1.

Tribunal por ocasião da arquivamento. Com autorização do tribunal, porém, os devedores individuais poderão pagar em prestações. 28 U.S.C. § 1930(a); Fed. R. Bankr. P. 1006(b); Regras Locais 1006-1, 1006-2; Tabela de Taxas Diversas do Tribunal de Falências, Item 8. A quantidade de prestações fica limitada a quatro, e o devedor deve fazer o pagamento da prestação final dentro de 120 dias após arquivar a petição. Fed. R. Bankr. P. 1006. Por motivo demonstrado o tribunal pode prorrogar o prazo de qualquer parcela, contanto que o último pagamento seja pago dentro dos 180 dias após arquivar a petição. Id. O devedor também poderá pagar as taxas administrativas de US\$ 39 e a taxa adicional do administrador de US\$ 15 em prestações. Se for arquivada uma petição em conjunto, as taxas iniciais e as taxas administrativas e a taxa adicional do administrador serão cobradas apenas uma vez. Os devedores devem ter consciência de que se deixar de pagar estas taxas, isto poderá resultar na recusa do processo. Artigo 707(a) do capítulo 11 do Código dos EUA.

Se a renda do devedor for inferior a 150% do nível de pobreza (conforme definido no Código de Falências), e o devedor não puder pagar as taxas do capítulo 7, mesmo que em prestações, o tribunal poderá liberar o pagamento das taxas. 28 U.S.C. § 1930(f).

Para poder preencher os Formulários Oficiais de Falência que compõem a petição, demonstrativo de situação financeira e tabelas o devedor precisa fornecer as informações a seguir:

- Uma lista de todos os credores e as quantias e a natureza das suas reivindicações;

- A fonte, quantia e frequência da renda do devedor;
- Uma lista de todas as propriedades do devedor; e
- Uma lista detalhada das despesas mensais de manutenção do devedor, ou seja, alimentação, vestuário, moradia, serviços públicos, impostos, transportes, remédios, etc.

Os indivíduos casados devem juntar estas informações para os seus cônjuges independentemente de estarem ou não apresentando uma petição em conjunto, petições individuais separadas ou mesmo se somente um cônjuge estiver arquivando. Em uma situação na qual somente um dos cônjuges estiver apresentando a petição, a renda e as despesas do outro cônjuge são necessárias para que o administrador e os credores possam avaliar a situação financeira do domicílio.

Entre as tabelas que um devedor individual arquivará está a tabela de propriedades "isentas". O Código de Falências permite que um devedor individual<sup>12</sup> proteja algumas propriedades das reivindicações dos credores porque a mesma é isenta de acordo com a lei de falências federal ou de acordo com as regras do estado de residência aplicável do devedor. Ver o capítulo Artigo 522(b) do capítulo 11 do Código dos EUA. Muitos estados se aproveitaram de uma determinação do Código de Falências que permite que cada estado adote sua própria lei de isenção no lugar das isenções federais. Em outras jurisdições, o devedor individual tem a

---

<sup>12</sup> Todos os devedores em um processo em conjunto (ambos o marido e a esposa) podem reivindicar isenções de acordo com a legislação federal sobre falências. Artigo 522(m).

escolha de optar entre um pacote de isenções federal ou as isenções que estiverem disponíveis de acordo com a legislação estadual. Assim, é frequentemente uma questão da legislação estadual determinar se uma propriedade está isenta e pode ser mantida pelo devedor.

A entrada da petição de acordo com o capítulo 7 "automaticamente suspende" (paralisa) a maioria das ações de cobrança contra o devedor ou o patrimônio do devedor. Artigo 362 do capítulo 11 do Código dos EUA. Porém, o arquivo da petição não suspende determinados tipos de atividades listadas sob o capítulo Artigo 362(b) do capítulo 11 do Código dos EUA, e a suspensão poderá ter validade por um prazo curto em algumas situações. Ver o Artigo 362(c) do capítulo 11 do Código dos EUA. A suspensão surge de pleno direito e não exige nenhuma ação judicial. Enquanto a suspensão estiver em vigor, o credores não poderão iniciar ou prosseguir as ações judiciais, consignações em folha de pagamento e nem mesmo fazer chamadas telefônicas de cobranças. O escrevente de falências enviará uma citação do processo de falência para todos os credores cujos nomes e endereços forem fornecidos pelo devedor.

Entre 20 e 40 dias após o devedor entrar com a petição, o administrador do caso (descrito abaixo) fará uma "reunião dos credores". Se o administrador dos Estados Unidos<sup>13</sup> marcar uma reunião em

um local onde não exista um pessoal de apoio regular para o administrador dos Estados Unidos ou para o administrador de falências, a reunião poderá ser realizada dentro de 60 dias após o credor ter entrado a ordem de alívio. Fed. R. Bankr. P. 2003(a). Durante esta reunião, o administrador coloca o devedor sob juramento, e ambos o administrador e os credores poderão fazer perguntas. O devedor precisa comparecer à reunião e responder às perguntas feitas sobre sua situação financeira e suas propriedades. Artigo 343 do capítulo 11 do Código dos EUA. Se um marido e esposa tiverem entrado com uma petição em conjunto, os dois precisam comparecer à reunião de credores e responder às perguntas. Dentro de dez dias da reunião de credores, o administrador dos Estados Unidos comunicará ao tribunal se o processo deverá ser considerado como abusivo de acordo com o teste de meios descrito no capítulo Artigo 704(b) do capítulo 11 do Código dos EUA.

O devedor deverá cooperar com o administrador e fornecer quaisquer registros financeiros ou documentos que o administrador solicitar. O Código de Falências exige que o administrador faça perguntas ao devedor na reunião de credores para se assegurar de que o devedor esteja ciente das consequências em potencial e buscar um cancelamento na falência, tais como o efeito no seu histórico de crédito, na sua capacidade de entrar com uma petição de acordo com

---

<sup>13</sup> Na Carolina do Norte e no Alabama, os administradores de falências desempenham funções semelhantes às que os administradores dos Estados Unidos desempenham nos outros quarenta e oito estados. Estes deveres incluem o estabelecimento de uma junta de administradores particulares para servir como administradores nos processos do capítulo 7 supervisionando a administração dos processos e os administradores nos processos de

---

acordo com os capítulos 7, 11, 12 e 13 do Código de Falências. O programa de administradores de falências é administrado pelo Gabinete Administrativo dos Tribunais dos Estados Unidos, enquanto que o programa de administradores dos Estados Unidos é administrado pelo Departamento de Justiça. Para as finalidades desta publicação, as referências aos administradores dos Estados Unidos também são aplicáveis aos administradores de falências.

um capítulo diferente, o efeito de receber um cancelamento e o efeito de reafirmar uma dívida. Alguns administradores fornecem informações por escrito sobre estes tópicos na reunião ou antes desta para se assegurar de que o devedor esteja ciente destas informações. Para poder preservar seus juízos independentes, os juízes de falências estão proibidos de comparecer às reuniões de credores. Artigo 341(c) do capítulo 11 do Código dos EUA.

Para poder conceder ao devedor a proteção total, o Código de Falências permite que o devedor converta um processo sob o capítulo 7 em um processo sob os capítulos 11, 12 ou 13<sup>14</sup> contanto que o devedor se qualifique para ser devedor de acordo com o novo capítulo. Entretanto, uma condição da conversão voluntária do devedor é a de que o processo não tenha sido convertido anteriormente para o capítulo 7 desde outro capítulo. Artigo 706(a) do capítulo 11 do Código dos EUA. Assim, o devedor não poderá converter o processo repetidamente de um capítulo para outro.

## **O papel do administrador do Capítulo 7**

Quando uma petição do capítulo 7 é arquivada, o administrador dos Estados Unidos (ou o administrador de falências no Alabama ou na Carolina do Norte) nomeia um administrador de processo imparcial para administrar o processo e liquidar os ativos não isentos do devedor.

---

<sup>14</sup> É cobrada uma taxa para converter, por solicitação do devedor, um processo do capítulo 7 para um processo do capítulo 11. A taxa cobrada é a diferença entre as taxas iniciais de um processo do capítulo 7 e as taxas iniciais de um processo do capítulo 11. 28 U.S.C. § 1930(a). Atualmente, a diferença é de US\$ 755. Id. Não existe nenhuma taxa para converter do capítulo 7 para o capítulo 13.

Artigos 701, 704 do capítulo 11 do Código dos EUA. Se todos os ativos do devedor estiverem isentos ou sujeitos a gravames válidos, o administrador normalmente arquivará um relatório de "nenhum ativo" no tribunal, e não haverá nenhuma distribuição para os credores sem garantia. A maioria dos processos do capítulo 7 envolvendo devedores individuais são processos com nenhum ativo. Mas se o processo parecer se tratar de um processo de "ativos" desde o princípio, os credores sem garantia<sup>15</sup> devem arquivar suas reivindicações no tribunal dentro de 90 dias após a primeira data marcada para a reunião de credores. Fed. R. Bankr. P. 3002(c). Uma unidade governamental, porém, tem 180 dias a partir da data na qual o processo for arquivado para arquivar uma reivindicação. Artigo 502(b)(9) do capítulo 11 do Código dos EUA.

No típico processo do capítulo 7 sem ativos, não existe necessidade dos credores arquivarem comprovações de reivindicações porque não haverá distribuição. Se o administrador mais tarde vier a recuperar ativos para distribuição para os credores sem garantia, o Tribunal de Falências intimará os credores e lhes dará um prazo adicional para arquivarem as comprovações de reivindicação. Embora o credor com garantia não precise arquivar a comprovação de reivindicação em um processo do capítulo 7 para conservar seu interesse ou gravame na garantia, pode haver outros motivos para arquivar uma

---

<sup>15</sup> As dívidas sem garantia podem ser definidas como aquelas nas quais a concessão de crédito foi baseada puramente em uma avaliação da capacidade de pagamento do devedor pelo credor, ao contrário das dívidas garantidas, nas quais a concessão de crédito se baseou no direito do credor de tomar garantias acessórias em caso de inadimplência, além da capacidade de pagamento do devedor.

reivindicação. Um credor do capítulo 7 que tenha um gravame sobre uma propriedade do devedor deverá consultar um advogado para ser orientado.

O início de um processo de falência cria uma "massa falida". A massa falida tecnicamente se transforma na proprietária legal provisória de todas as propriedades do devedor. Esta consiste de todos os interesses legais ou justos do credor sobre propriedades no início do processo, inclusive as propriedades possuídas ou detidas por outra pessoa se o devedor possuir algum interesse na propriedade. De maneira geral, os credores do devedor são pagos com as propriedades não isentas da massa falida.

O papel básico de um administrador do capítulo 7 em um processo com ativos é liquidar os ativos não-isentos do devedor de forma que maximize o retorno para os credores sem garantia do devedor. O administrador consegue isto vendendo as propriedades do devedor se estas estiverem livres e desimpedidas de gravames (contanto que as propriedades não sejam isentas) ou se estas forem mais valiosas do que qualquer interesse de garantia ou gravame onerando as propriedades e qualquer isenção que o devedor tiver na propriedade.

O administrador também poderá tentar recuperar dinheiro ou propriedade de acordo com os "poderes de anulação". Os poderes de anulação do administrador incluem o poder de: separar as transferências preferenciais feitas para os credores dentro dos 90 dias anteriores à petição; desfazer interesses de garantia e outras transferências de propriedade anteriores à petição que não tiverem sido aperfeiçoadas corretamente de acordo com a legislação não-falimentar na data da petição; e perseguir as reivindicações

não-falimentares tais como as transmissões fraudulentas e os remédios contra as transferências do todo da propriedade de acordo com a legislação estadual. Além disso, se o devedor for uma empresa, o tribunal de falências poderá autorizar o administrador a fazer funcionar a empresa por um prazo limitado, se tal operação irá beneficiar os credores e melhorar a liquidação da massa falida. Artigo 721 do capítulo 11 do Código dos EUA.

O Parágrafo 726 do Código de Falências rege a distribuição de propriedades da massa falida. De acordo com o § 726, existem seis classes de reivindicações; e cada classe deverá ser paga integralmente antes que a próxima classe abaixo comece a receber qualquer pagamento. O devedor será pago somente se todas as demais classes de reivindicações tiverem sido pagas integralmente. Isso posto, o devedor não está especialmente interessado na alienação pelo administrador dos ativos da massa falida, exceto em relação aos pagamentos daquelas dívidas que por algum motivo não forem canceláveis no processo de falência. As preocupações básicas do devedor individual em um processo do capítulo 7 são as relacionadas com a conservação de propriedades isentas e receber um cancelamento que cubra a maior quantidades de dívidas que for possível

### **O cancelamento do Capítulo 7**

Um cancelamento libera os devedores individuais da responsabilidade pessoal em relação à maioria das dívidas e impede que os credores para os quais estas dívidas são devidas tomem quaisquer medidas de cobrança contra o devedor. Devido ao fato de que um cancelamento de acordo com o capítulo 7

fica sujeito a muitas exceções, os devedores devem consultar seus advogados antes de entrar com o processo para discutir o alcance do cancelamento. Geralmente, excluindo os processos que são rejeitados ou convertidos, os devedores individuais recebem um cancelamento em 99% dos processos do capítulo 7. Na maioria dos processos, a não ser que uma parte interessada archive dentro do prazo uma petição inicial se opondo ao cancelamento ou uma petição para prorrogar o prazo para entrar com a oposição, o tribunal de falências emitirá uma ordem de cancelamento relativamente cedo no processo – geralmente entre 60 e 90 dias após a primeira data marcada para a reunião de credores. Fed. R. Bankr. P. 4004(c).

A fundamentação para recusar um cancelamento para um devedor individual em um processo do capítulo 7 são estreitos e interpretados contra a parte pedinte. Entre outros motivos, o tribunal poderá recusar o cancelamento para o devedor se decidir que o devedor: deixou de manter ou apresentar os livros ou registros financeiros adequados; deixou de explicar satisfatoriamente quaisquer perdas de ativos; cometeu um crime falimentar tal como o falso testemunho; deixou de obedecer a uma ordem legítima do tribunal de falências; transferiu fraudulentamente, ocultou ou destruiu alguma propriedade que se tornariam propriedade da massa falida; ou deixou de concluir um curso educativo aprovado sobre administração financeira. Artigo 727 do capítulo 11 do Código dos EUA; Fed. R. Bankr. P. 4005.

Os credores com garantia poderão conservar determinados direitos de retomar a propriedade garantindo uma

dívida subjacente mesmo depois que tiver sido concedido o cancelamento. Dependendo das circunstâncias individuais, se um devedor desejar manter determinada propriedade garantida (tal como um automóvel), ele ou ela poderão decidir "reafirmar" a dívida. Uma reafirmação é um contrato entre o devedor e o credor de que o devedor continuará responsável e pagará a totalidade ou uma parte do dinheiro devido, mesmo que a dívida de outra forma fosse cancelada na falência. Em troca, o credor promete que não irá retomar ou pegar de volta o automóvel ou outra propriedade contanto que o devedor continue a pagar a dívida.

Se o devedor decidir reafirmar uma dívida, ele ou ela deverá fazê-lo antes que seja formalizado o cancelamento. O devedor deverá assinar um acordo de reafirmação por escrito e arquivar o mesmo no tribunal. Artigo 524(c) do capítulo 11 do Código dos EUA. O Código de Falências exige que os contratos de reafirmação contêmham uma série extensa de revelações que estão descritas no capítulo Artigo 524(k) do capítulo 11 do Código dos EUA; ver também na Regra Local, o Formulário Local Oficial 6. Entre outros pontos, a revelação deve informar ao devedor o montante da dívida que estiver sendo reafirmada e a forma como a mesma foi calculada e que a reafirmação significa que a responsabilidade pessoal do devedor em relação àquela dívida não será cancelada na falência. As revelações também exigem que o devedor assine e archive um demonstrativo da sua renda e despesas atuais que demonstre que o saldo da renda após o pagamento das despesas é suficiente para pagar a dívida reafirmada. Se o saldo não for suficiente para pagar a dívida a ser reafirmada, existe uma presunção de dificuldades



financeiras indevidas, e o tribunal poderá decidir desaproveitar o contrato de reafirmação. A não ser que o devedor esteja sendo representado por um advogado, o juiz da falência deverá aprovar o contrato de reafirmação.

Se o devedor estiver sendo representado por um advogado em relação ao contrato de reafirmação, o advogado deverá certificar por escrito que ele ou ela informou ao devedor quanto aos efeitos e as consequências jurídicas do contrato, inclusive sobre a inadimplência de acordo com o contrato. O advogado também deve certificar de que o devedor estava completamente informado e que celebrou o contrato voluntariamente e que a reafirmação da dívida não criará dificuldades financeiras indevidas para o devedor ou para os dependentes do devedor. Artigo 524(k) do capítulo 11 do Código dos EUA. O Código de Falências exige uma audiência de reafirmação se o devedor não tiver sido representado por advogado durante a negociação do contrato, ou se o tribunal desaproveitar o contrato de reafirmação. Artigo 524(d) e (m) do capítulo 11 do Código dos EUA. O devedor poderá pagar qualquer dívida voluntariamente, quer exista ou não um contrato de reafirmação. Artigo 524(f) do capítulo 11 do Código dos EUA.

A pessoa recebe o cancelamento da maioria das suas dívidas em um processo de falência do capítulo 7. O credor não poderá mais começar ou continuar quaisquer ações judiciais ou outras ações contra o devedor para cobrar uma dívida cancelada. Mas nem todas as dívidas da pessoa são canceladas no capítulo 7. As dívidas que não são canceladas incluem as dívidas de pensão alimentícia para ex-cônjuges ou filhos, dívidas relacionadas com determinados pagamentos em

excesso de benefícios educacionais ou empréstimos feitos ou garantidos por um órgão governamental, dívidas por lesões intencionais e dolosas pelo devedor a outra entidade ou à propriedade de outra entidade, dívidas resultantes de morte ou lesões corporais provocadas pelo devedor devidas à operação de veículo automotor pelo devedor enquanto estava intoxicado por álcool ou outras substâncias, e dívidas por determinadas condenações de multas criminais. Artigo 523(a) do capítulo 11 do Código dos EUA. O devedor continuará sendo responsável pelo pagamento destas dívidas à medida que as mesmas não forem pagas no processo do capítulo 7. As dívidas referentes a dinheiro ou propriedades obtidos mediante alegações falsas, dívidas por fraudes e desfalques enquanto no desempenho de função fiduciária, e as dívidas por ações intencionais ou dolosas de parte do devedor que provoquem danos a outra entidade ou à propriedade de outra entidade serão canceladas a menos que um credor archive dentro do prazo e tenha ganho de causa em uma ação declaratória de que tais dívidas não sejam passíveis de cancelamento. Artigo 523(c) do capítulo 11 do Código dos EUA; Fed. R. Bankr. P. 4007(c).

O tribunal poderá revogar um cancelamento do capítulo 7 por solicitação do administrador, de um credor, ou do administrador dos Estados Unidos se o cancelamento tiver sido obtido mediante fraude pelo devedor, se o devedor tiver adquirido propriedade que for propriedade da massa falida e tiver conscientemente e fraudulentamente deixado de comunicar a aquisição de tal propriedade ou de entregar tal propriedade ao administrador, ou se o devedor (sem nenhuma explicação satisfatória) fizer alguma declaração falsa

importante ou deixar de fornecer documentos ou outras informações relacionadas a uma auditoria do processo

do devedor. Artigo 727(d) do capítulo 11 do Código dos EUA.

## **O que os credores devem saber sobre o Capítulo 11: Reorganização de acordo com o Código de Falências**

*O capítulo do Código de falências que determina (de forma geral) sobre a reorganização, geralmente envolvendo uma corporação ou sociedade. (Um devedor do capítulo 11 geralmente propõe um plano de reorganização para manter sua empresa aberta e pagar os credores dentro de um prazo. As pessoas que façam negócios ou indivíduos podem também buscar a proteção do capítulo 11).*

### **Antecedentes**

Um processo arquivado sob o capítulo 11 do Código de Falências dos Estados Unidos frequentemente é referenciado como uma falência de "reorganização".

Um indivíduo não pode entrar com o pedido de acordo com o capítulo 11 se, durante os 180 dias anteriores, um pedido de falência prévio tiver sido negado devido à falta intencional de comparecimento do devedor perante o tribunal ou de cumprimento das ordens do tribunal ou se tiver sido retirado voluntariamente após os credores terem buscado medidas protetivas do tribunal de falências para recuperar propriedades sobre as quais detêm gravames. 11 U.S.C. §§ 109(g), 362(d)-(e).

Além disso, nenhum indivíduo poderá ser devedor de acordo com o capítulo 11 ou qualquer capítulo do Código de Falências a não ser que ele ou ela tenham, dentro dos 180 dias anteriores ao arquivamento, recebido aconselhamento de crédito de uma agência de aconselhamento de crédito aprovada mediante orientações individuais ou em grupo. 11 U.S.C. §§ 109, 111. Existem exceções em situações de emergência ou quando o administrador dos Estados Unidos (ou o administrador de falências) tiver determinado que exista uma quantidade insuficiente de

agências aprovadas para fornecer a aconselhamento exigida. Se um plano de gerenciamento de dívida tiver sido desenvolvido durante o aconselhamento de crédito, a mesma deverá ser arquivada no tribunal.

### **Como o Capítulo 11 funciona**

Um processo do capítulo 11 começa com o arquivamento da petição inicial no tribunal de falências que servir à região onde o devedor possui domicílio ou residência. A petição pode ser uma petição voluntária, a qual é arquivada pelo devedor, ou poderá ser uma petição involuntária, que é arquivada por credores que atendam a determinadas exigências. 11 U.S.C. §§ 301, 303. A petição voluntária precisa aderir ao formato do Formulário 1 dos Formulários Oficiais prescritos pela Conferência Judiciária dos Estados Unidos. A menos que o tribunal ordene diferentemente, o devedor também terá que arquivar no tribunal: (1) tabelas de ativos e passivos; (2) uma tabela da renda e das despesas atuais; (3) uma tabela dos contratos executários e aluguéis em vigor; e (4) um demonstrativo da situação financeira. Fed. R. Bankr. P. 1007(b). Se o devedor for um indivíduo (ou marido e mulher), existem exigências de arquivamento de documentos adicionais. Tais devedores deverão arquivar: um certificado de aconselhamento de crédito e uma cópia de qualquer plano de amortização desenvolvido durante tal aconselhamento de crédito; comprovante de pagamento de empregadores, se houver, recebidos nos 60 dias anteriores ao arquivamento; um demonstrativo da renda líquida mensal e qualquer aumento previsto na renda ou nas despesas após entrar com processo; e um registro de qualquer interesse que o devedor possua em educação qualificada estadual ou federal ou contas de mensalidades escolares. 11 U.S.C. § 521. Um marido e sua esposa podem entrar com uma petição em conjunto ou petições individuais. 11 U.S.C. § 302(a). (Os Formulários Oficiais estão disponíveis no tribunal, podem ser comprados nas papelarias de impressos jurídicos ou

baixados da Internet no endereço  
[www.uscourts.gov/bkforms/index.html](http://www.uscourts.gov/bkforms/index.html).

Os tribunais precisam cobrar custas iniciais do processo de US\$ 1.000 e uma taxa administrativa para diversos de US\$ 46. As taxas devem ser pagar para o escrevente do tribunal por ocasião do arquivo ou poderão, com a autorização do tribunal, serem pagas por devedores individuais em prestações. 28 U.S.C. § 1930(a); Fed. R. Bankr. P. 1006(b); Tabela de Custas Diversas do Tribunal de Falências, Item 8. Fed. R. Bankr. P. 1006(b) limita a quatro o número das parcelas em relação às taxas iniciais. A última prestação deverá ser paga dentro de 120 dias após ter sido arquivado a petição. Por motivo demonstrado, o tribunal pode prorrogar o prazo de qualquer parcela, contanto que o último pagamento seja pago dentro de 180 dias após arquivar a petição. Fed. R. Bankr. P. 1006(b). A taxa administrativa de US\$ 46 poderá ser paga em prestações da mesma forma que as taxas iniciais. Se for arquivada uma petição em conjunto, as taxas iniciais e as taxas administrativas serão cobradas apenas uma vez. Os devedores devem ter consciência de que se deixar de pagar estas taxas, isto poderá resultar na recusa do processo. 11 U.S.C. § 1112(b)(10).

A petição voluntária incluirá as informações padrão a respeito do nome do devedor ou devedores, o número de seguridade social ou número de identificação fiscal, a residência, a localização dos principais ativos (se for uma empresa), o plano do devedor ou a intenção de arquivar um plano, e uma solicitação de medida protetiva de acordo com o capítulo correto do Código de Falências. Ao arquivar uma petição voluntária de medida protetiva de acordo com o capítulo 11 ou, em um processo involuntário, o proferimento de uma ordem de medida protetiva, o devedor automaticamente assume uma identidade adicional de "devedor na posse". 11 U.S.C. § 1101. O termo se refere a um devedor que mantém a posse e o controle dos seus ativos ao mesmo tempo em que passa por uma reorganização sob o capítulo 11, sem a nomeação de um administrador. O devedor continuará a ser

o devedor na posse até que o plano de reorganização do devedor seja confirmado, ou o processo do devedor seja rejeitado ou convertido para o capítulo 7 ou um administrador do capítulo 11 seja nomeado. A nomeação ou eleição de um administrador ocorre apenas em uma pequena quantidade de processos. Geralmente, o "devedor na posse" opera a empresa e desempenha muitas das funções que o administrador desempenha nos processos de outros capítulos. 11 U.S.C. § 1107(a).

Geralmente, uma declaração de revelação por escrito e um plano de reorganização devem ser arquivados no tribunal. 11 U.S.C. §§ 1121, 1125. A declaração de revelação é um documento que deve conter as informações a respeito dos ativos, passivos e questões de negócios do devedor suficientes para possibilitar que o credor tome uma decisão informada sobre o plano de reorganização do devedor. 11 U.S.C. § 1125. As informações exigidas são regidas pelo critério judicial e pelas circunstâncias do processo. Em um "processo de empresa pequena" (discutido abaixo), o devedor poderá não ter que arquivar uma declaração de revelação separada se o tribunal determinar que o plano contenha informações adequadas. 11 U.S.C. § 1125(f); ver também, Regras Locais, Formulário Local Oficial 15.

O teor do plano deve conter uma classificação das reivindicações e deve especificar como cada classe de reivindicação será tratada de acordo com o plano. 11 U.S.C. § 1123. Os credores cujas reivindicações estiverem "prejudicadas", ou seja, aqueles cujos direitos contratuais deverão ser modificados ou que receberão menos do que o valor integral das suas reivindicações de acordo com o plano, votam no plano por meio de cédulas. 11 U.S.C. § 1126. Após a declaração de revelação ter sido aprovada pelo tribunal e as cédulas terem sido recolhidas e apuradas, o tribunal realizará uma audiência de confirmação para decidir se confirmará o plano. 11 U.S.C. § 1128.

No caso de indivíduos, o capítulo 11 possui algumas semelhanças com o capítulo 13. Por exemplo, a propriedade da massa falida de um devedor individual inclui os ganhos do devedor e as propriedades adquiridas pelo devedor após o processo foi arquivado e até se encerrar, ser rejeitado ou convertido; os recursos financeiros para o plano poderão advir dos ganhos futuros do devedor; e o plano não poderá ser confirmado contra a oposição de um credor sem comprometer toda a renda prescindível do devedor durante cinco anos a menos que o plano pague a reivindicação integralmente, com juros, durante um prazo mais curto. 11 U.S.C. §§ 1115, 1123(a)(8), 1129(a)(15).

### **O Devedor na posse do Capítulo 11**

O capítulo 11 é usado geralmente para reorganizar uma empresa, a qual poderá ser uma corporação, empresa individual ou uma sociedade. Uma corporação existe separadamente dos seus proprietários, os acionistas. O processo de falência do capítulo 11 de uma corporação (sendo a corporação a devedora) não coloca em risco os bens pessoais dos acionistas a não ser o valor dos seus investimentos nas ações da sociedade. Uma empresa individual (o proprietário como devedor), por outro lado, não possui uma identidade separada e diferente da do seu proprietário. Desta forma, um processo de falência envolvendo uma empresa individual inclui tanto os bens da empresa como os bens pessoais dos proprietários devedores. Semelhantemente à corporação, uma sociedade existe separadamente e destacada dos seus sócios. Em um processo de falência de uma sociedade (sociedade como devedora), entretanto, os bens pessoais dos sócios poderão, em alguns processos, serem usados para pagar os credores no processo de falência ou os próprios sócios poderão ser eles mesmos obrigados a entrar com o pedido de proteção da falência.

O parágrafo 1107 do Código de Falências coloca o devedor na posse na posição de agente fiduciário,

com os direitos e os poderes de um administrador do capítulo 11, e exige que o devedor desempenhe todas as funções (menos as investigativas) e os deveres de um administrador. Estes deveres, estabelecidos pelo Código de Falências e pelas Regras Federais de Processos de Falências, incluem a contabilização de propriedades, o exame e a oposição a reivindicações, e a apresentação de relatórios informativos exigidos pelo tribunal e pelo administrador dos Estados Unidos ou pelo administrador de falências (discutido abaixo), tais como os relatórios de funcionamento mensais. 11 U.S.C. §§ 1106, 1107; Fed. R. Bankr. P. 2015(a). O devedor na posse também tem muitos dos outros poderes e deveres de um administrador, inclusive o direito, com a aprovação do tribunal, de contratar advogados, contadores, avaliadores, leiloeiros ou outros profissionais para auxiliar o devedor durante o processo de falência. Outras responsabilidades também incluem arquivar as declarações e relatórios de impostos que forem necessários ou ordenados pelo tribunal após a confirmação, tais como uma contabilização definitiva. O administrador dos Estados Unidos fica responsável por monitorar o cumprimento pelo devedor na posse das exigências de apresentação de relatórios.

As reorganizações de estradas de ferro possuem exigências especiais de acordo com o subparágrafo IV do capítulo 11, as quais não serão tratadas aqui. Além disso, os corretores de ações e de commodities são proibidos de entrar com processo sob o capítulo 11 e ficam restritos ao capítulo 7. 11 U.S.C. § 109(d).

### **O Administrador dos Estados Unidos ou Administrador de Falências**

O administrador dos Estados Unidos desempenha um papel importante no monitoramento do avanço do processo do capítulo 11 e supervisão da sua administração. O administrador dos Estados Unidos é responsável por monitorar o funcionamento da empresa pelo

devedor na posse e a apresentação dos relatórios de operação e taxas. Além disso, o administrador dos Estados Unidos monitora os pedidos de remuneração e reembolso pelos profissionais, planos e declarações de revelação arquivados no tribunal, e os comitês de credores. O administrador dos Estados Unidos conduz a reunião de credores, que é frequentemente chamada de "reunião do parágrafo 341", em um processo do capítulo 11. 11 U.S.C. § 341. O administrador dos Estados Unidos e os credores poderão fazer perguntas para o devedor responder sob juramento na reunião do parágrafo 341 a respeito dos atos do devedor, da sua conduta, das propriedades do mesmo e da sua administração do processo.

O administrador dos Estados Unidos também impõe determinadas exigências ao devedor na posse a respeito de questões tais como comunicar sua renda e despesas operacionais por mês, abrirem novas contas bancárias e pagar as retenções do cartório atuais e outros impostos. Por lei, o devedor na posse deve pagar honorários trimestrais para o administrador dos Estados Unidos por cada trimestre no ano até que o processo seja convertido ou rejeitado. 28 U.S.C. § 1930(a)(6). O valor dos honorários, os quais poderão variar entre US\$ 250 e US\$ 10.000, depende do valor dos desembolsos do devedor durante cada trimestre. Caso o devedor na posse deixe de cumprir com as exigências de comunicação do administrador dos Estados Unidos ou ordens do tribunal de falências, ou deixar de tomar as medidas corretas para levar o processo à audiência de confirmação, o administrador dos Estados Unidos poderá arquivar uma petição no tribunal para fazer com que o processo do devedor do capítulo 11 seja convertido para outro capítulo do Código de Falências ou fazer com que o processo seja rejeitado.

Na Carolina do Norte e no Alabama, os administradores de falências desempenham funções semelhantes às que os administradores dos Estados Unidos desempenham nos quarenta e oito estados restantes. O programa de

administradores de falências é administrado pelo Gabinete Administrativo dos Tribunais dos Estados Unidos, enquanto que o programa dos administradores dos Estados Unidos é administrado pelo Departamento de Justiça. Para as finalidades desta publicação, as referências aos administradores dos Estados Unidos também se aplicam aos administradores de falências.

### **Comitês de credores**

Os comitês de credores podem desempenhar um papel importante nos processos do capítulo 11. O comitê é nomeado pelo administrador dos Estados Unidos e geralmente é composto por credores sem garantia que detenham as sete maiores reivindicações sem garantia contra o devedor. 11 U.S.C. § 1102. Entre outros fatores, o comitê consulta com o devedor na posse sobre a administração do processo, investiga a conduta do devedor e o funcionamento da empresa e participa da formulação de um plano. 11 U.S.C. § 1103. Um comitê de credores poderá, com a aprovação do tribunal, contratar um advogado ou outros profissionais para ajudar no cumprimento dos deveres do comitê. Um comitê de credores pode ser uma salvaguarda importante da administração correta da empresa pelo devedor na posse.

### **O processo de empresa pequena e a devedora empresa pequena**

Em alguns processos menores, o administrador dos Estados Unidos poderá ser incapaz de encontrar credores que desejem servir no comitê de credores, ou o comitê poderá não se envolver ativamente no processo. O Código de Falências enfrenta esta questão tratando um "processo de empresa pequena" de maneira um pouco diferente do processo normal de falência. Um processo de empresa pequena é definido como um processo com uma "pequena empresa devedora". 11 U.S.C. § 101(51C). Para determinar se o devedor é uma "pequena devedora" se faz necessária a aplicação de um teste em duas

partes. Primeiramente, o devedor precisa participar de atividades comerciais ou empresariais (que não sejam basicamente a propriedade e o funcionamento de imóveis) com um total de dívidas não contingentes liquidadas garantidas e sem garantia de valor até US\$ 2.190.000. Segundo, o processo do devedor deve ser um no qual o administrador dos Estados Unidos não tiver nomeado um comitê de credores, ou o tribunal tiver determinado que o comitê de credores não seja suficientemente ativo e representativo para proporcionar a supervisão do devedor. 11 U.S.C. § 101(51D).

Em um processo de empresa pequena, a devedora na posse deverá, entre outras coisas, anexar o balanço patrimonial mais recentemente preparado, demonstrativo de operações, demonstrativo de fluxo de caixa e a declaração de imposto mais atualizada juntadas à petição ou fornecer uma declaração sob juramento explicando a ausência de tais documentos e deverá comparecer ao tribunal e à reunião do administrador dos Estados Unidos representada pelos seus administradores sêniores e por advogado. A empresa pequena devedora deverá arquivar ininterruptamente comunicações ao tribunal a respeito da sua lucratividade e os recebimentos e desembolsos de dinheiro projetados, e deverá comunicar se está de conformidade com o Código de Falências e com as Regras Federais de Processos de Falências e se pagou os impostos e apresentou as declarações de impostos. 11 U.S.C. §§ 308, 1116.

Ao contrário dos outros devedores do capítulo 11, a empresa pequena devedora fica sujeita a uma supervisão adicional do administrador dos Estados Unidos. No começo do processo, a empresa pequena devedora deverá comparecer a uma "entrevista inicial" com o administrador dos Estados Unidos em cuja oportunidade o administrador dos Estados Unidos avaliará a viabilidade da devedora, perguntará sobre o plano de negócios da devedora, e explicará determinadas obrigações da devedora tais como a responsabilidade da mesma de arquivar diversos relatórios. 28 U.S.C. § 586(a)(7). O

administrador dos Estados Unidos também acompanhará as atividades da empresa pequena devedora durante o processo para identificar o antes possível se a devedora será incapaz de confirmar um plano.

Devido a que determinados prazos finais de arquivamento são diferentes e as prorrogações são mais difíceis de obter, um processo designado como processo de empresa pequena normalmente corre mais rapidamente do que outros processos do capítulo 11. Por exemplo, somente a devedora poderá arquivar um plano durante os primeiros 180 dias do processo de empresa pequena. 11 U.S.C. § 1121(e). Este "prazo de exclusividade" poderá ser prorrogado pelo tribunal, mas somente até 300 dias, e tão somente se a devedora demonstrar por uma abundância de provas que o tribunal confirmará um plano dentro de um prazo razoável. Se o processo não for um processo de empresa pequena, o tribunal poderá prorrogar este prazo de exclusividade "com justificativa" até 18 meses.

### **O devedor de imóvel como ativo único**

Os devedores de imóvel como ativo único estão sujeitos a determinações especiais do Código de Falências. O termo "imóvel como ativo único" é definido como "uma propriedade única, que não seja um imóvel residencial com menos do que quatro unidades residenciais, e que gere substancialmente toda a renda bruta de um devedor que não for um agricultor familiar e na qual não estiverem sendo realizados negócios substanciais pelo devedor a não serem os negócios inerentes ao funcionamento da propriedade imóvel e as atividades respectivas". 11 U.S.C. § 101(51B). O Código de Falências determina circunstâncias sob as quais os credores de um devedor com imóvel como ativo único podem obter uma dispensa da suspensão automática que não está disponível para os credores nos processos normais de falência. 11 U.S.C. § 362(d). Mediante solicitação de um credor com uma reivindicação garantida pelo

imóvel como ativo único e após intimação e uma audiência, o tribunal concederá a dispensa da suspensão automática para o credor a não ser que o devedor archive um plano viável de reorganização ou comece a efetuar pagamentos de juros para o credor dentro de 90 dias após ter entrado com o processo, ou dentro de 30 dias da determinação pelo tribunal de que o processo é um processo de propriedade imóvel como ativo único. Os pagamentos de juros devem ser iguais à taxa de juros contratual sem inadimplência sobre o valor da participação do credor na propriedade imobiliária. 11 U.S.C. § 362(d)(3).

### **Nomeação ou eleição do administrador do processo**

Embora a nomeação de um administrador do processo seja uma raridade em um processo do capítulo 11, uma parte interessada ou o administrador dos Estados Unidos pode solicitar a nomeação de um administrador ou examinador do processo em qualquer data anterior à confirmação no processo do capítulo 11. O tribunal, mediante petição de uma parte interessada ou do administrador dos Estados Unidos, e após intimação e audiência, ordenará a nomeação de um administrador do processo justificadamente, inclusive por fraude, desonestidade, incompetência ou má administração grave ou se tal nomeação for do interesse dos credores, de quaisquer detentores de títulos de participação, e por outros interesses da massa falida. 11 U.S.C. § 1104(a). Ademais, o administrador dos Estados Unidos está obrigado a peticionar pela nomeação de um administrador se houver motivos plausíveis para se acreditar que qualquer uma das partes controladoras da devedora "participou de fraude real, desonestidade ou conduta criminosa na administração da devedora ou na elaboração dos relatórios financeiros da devedora". 11 U.S.C. § 1104(e). O administrador é nomeado pelo administrador dos Estados Unidos, após consultas com as partes interessadas e sujeito à aprovação do tribunal. Fed. R. Bankr. P. 2007,1.

De forma alternativa, o administrador em um processo pode ser eleito se uma parte interessada solicitar a eleição de um administrador dentro de 30 dias após o tribunal ordenar a nomeação de um administrador. Neste caso, o administrador dos Estados Unidos convoca uma reunião de credores com a finalidade de eleger uma pessoa para servir como administrador. 11 U.S.C. § 1104(b).

O administrador do processo fica responsável por administrar as propriedades da massa falida, pelo funcionamento da empresa do devedor e, se apropriado, pela apresentação de um plano de reorganização. O parágrafo 1106 do Código de Falências exige que o administrador archive um plano "tão logo seja possível" ou, alternativamente, que archive um relatório explicando porque não será arquivado um plano ou para recomendar que o processo seja convertido para outro capítulo ou rejeitado. 11 U.S.C. § 1106(a)(5).

Mediante uma solicitação de uma parte interessada ou do administrador dos Estados Unidos, o tribunal poderá encerrar a nomeação do administrador e restituir o devedor na posse para a administração da massa falida em qualquer data antes da confirmação. 11 U.S.C. § 1105.

### **O papel de um examinador**

É rara a nomeação de um examinador em um processo do capítulo 11. O papel do examinador é geralmente mais limitado do que o de um administrador. O examinador está autorizado a desempenhar as funções investigatórias do administrador e está obrigado a arquivar um relatório de qualquer investigação realizada. Se for assim ordenado pelo tribunal, porém, o examinador poderá cumprir quaisquer outros deveres de administrador que o tribunal ordene ao devedor na posse não cumprir. 11 U.S.C. § 1106. Cada tribunal possui a autoridade para determinar os deveres do examinador em cada processo em especial. Em alguns processos, o



examinador poderá arquivar um plano de reorganização, negociar ou ajudar as partes a negociarem, ou analisar as tabelas do devedor para determinar se alguma das reivindicações está classificada incorretamente. Às vezes, o examinador poderá ser ordenado a determinar se devem ser arquivadas oposições a quaisquer comprovações de reivindicação ou se as causas de ação têm méritos suficientes para justificar que sejam adotadas medidas jurídicas adicionais. O examinador não poderá subsequentemente servir como administrador do processo. 11 U.S.C. § 321.

### **A suspensão automática**

A suspensão automática proporciona um prazo durante o qual todas as decisões, atividades de cobrança, execuções e retomadas de propriedades são suspensas e não poderão ser perseguidas pelos credores em nenhuma dívida ou reivindicação que tiver surgido antes da entrada com a petição de falência. Assim como nos processos sob outros capítulos do Código de Falências, uma suspensão das ações dos credores contra o devedor do capítulo 11 entra em vigor automaticamente assim que a petição de falência for arquivada. 11 U.S.C. § 362(a). A arquivamento da petição, porém, não funciona como uma suspensão para determinados tipos de atos que estão listados no capítulo 11 U.S.C. § 362(b). A suspensão dá um tempo para o devedor, durante o qual podem acontecer as negociações para solucionar os problemas da situação financeira do devedor.

Sob circunstâncias específicas, o credor com garantia pode obter uma ordem do tribunal concedendo uma proteção contra a suspensão automática. Por exemplo, quando o devedor não possuir nenhuma participação na propriedade e a propriedade não for necessária para uma reorganização eficiente, o credor com garantia pode buscar uma ordem do tribunal levantando a suspensão para permitir que o credor execute a propriedade, venda a mesma e aplique o

resultado financeiro no pagamento da dívida. 11 U.S.C. § 362(d).

O Código de falências permite que determinados profissionais façam requerimentos de honorários durante o processo. Desta forma, um administrador, um advogado de um devedor, ou qualquer profissional nomeado pelo tribunal pode requerer ao tribunal com intervalos de 120 dias remuneração provisória e pagamentos de reembolsos. Em processos muito grandes com trabalho jurídico extenso, o tribunal poderá autorizar requerimentos mais frequentes.. Embora possam ser pagos honorários profissionais se autorizados pelo tribunal, o devedor não pode efetuar pagamentos para profissionais credores referentes a obrigações contraídas anteriormente à petição, ou seja, obrigações que tenham surgido antes da entrada em juízo da petição de falência. As despesas normais da empresa em funcionamento, porém, continuam a ser pagas.

### **Quem pode arquivar um plano**

O devedor (a não ser uma " empresa pequena devedora") tem 120 dias de prazo durante o qual possui o direito exclusivo de arquivar um plano. 11 U.S.C. § 1121(b). Este prazo de exclusividade poderá ser prorrogado ou reduzido pelo tribunal. Mas em hipótese alguma o prazo de exclusividade, incluindo todas as prorrogações, poderá ser maior do que 18 meses. 11 U.S.C. § 1121(d). Após ter se encerrado o prazo de exclusividade, um plano concorrente poderá ser apresentado por algum credor ou pelo administrador do processo. O administrador dos Estados Unidos não poderá apresentar um plano. 11 U.S.C. § 307.

Um processo do capítulo 11 poderá continuar por muitos anos a não ser que o tribunal, o administrador dos Estados Unidos, o comitê ou outra parte interessada aja para garantir a solução do processo atempadamente. O direito do credor de arquivar um plano concorrente incentiva o devedor a apresentar um plano

dentro do prazo de exclusividade e atua como um freio à demora excessiva do processo.

### **Transferências anuláveis**

O devedor na posse, ou o administrador, conforme for o caso, possui o que se chama de poderes "anulatórios". Estes poderes poderão ser usados para desfazer uma transferência de dinheiro ou propriedade que tiver sido feita durante um determinado prazo antes da apresentação em juízo da petição de falência. Ao anular uma transferência de propriedade, o devedor na posse pode cancelar a transação e forçar a devolução ou "restituição" dos pagamentos ou propriedade, os quais ficam então disponíveis para o pagamento dos credores. Geralmente, e sujeito a diversas defesas, o poder de anular transferências tem validade contra transferências feitas pelo devedor dentro dos 90 dias anteriores à entrada em juízo da petição. Porém as transferências para os "detentores de informações" (ou seja, parentes, sócios gerais e diretores ou funcionários graduados da devedora) feitas dentro de até um ano anterior às da entrada em juízo poderão ser anuladas. 11 U.S.C. §§ 101(31), 101(54), 547, 548. Além disso, de acordo com o § 544 do capítulo 11 do Código dos Estados Unidos, o administrador está autorizado a anular as transferências de acordo com a legislação estadual, a qual frequentemente determina prazos mais prolongados. Os poderes anulatórios evitam pagamentos injustos anteriores à petição para algum credor às taxas de todos os outros credores.

### **Garantia em dinheiro, proteção adequada e capital de giro**

Embora a preparação, confirmação e implantação de um plano de reorganização estejam no cerne do processo do capítulo 11, poderão surgir outras questões que precisarão ser tratadas pelo devedor na posse. O devedor na posse poderá utilizar, vender ou alugar as propriedades da massa falida no curso normal dos seus negócios,

sem aprovação prévia, a menos que o tribunal decida de outra maneira. 11 U.S.C. § 363(c). Se a venda ou utilização pretendidas estiverem fora do curso normal dos seus negócios, o devedor precisará obter a autorização do tribunal.

O devedor na posse não poderá usar "garantia em dinheiro" sem autorização da parte garantida ou autorização do tribunal, o qual precisará examinar primeiramente se os interesses da parte garantida estão devidamente protegidos. 11 U.S.C. § 363. O parágrafo 363 define a "garantia em dinheiro" como dinheiro, instrumentos negociáveis, documentos de propriedade, títulos mobiliários, contas de depósitos ou outros equivalentes a dinheiro, adquiridos a qualquer tempo, nos quais a massa falida e outra entidade que não seja a massa falida possuam interesse. Esta inclui os resultados financeiros, produtos, dividendos, aluguéis ou lucros de propriedade e as taxas, despesas, contas ou pagamentos pela utilização ou ocupação de salas e outras instalações públicas em hotéis, motéis ou outras propriedades hoteleiras sujeitas aos interesses de garantia de um credor.

Quando a "garantia em dinheiro" for usada (gasta), os credores garantidos têm o direito de receber proteção adicional de acordo com o parágrafo 363 do Código de Falências. O devedor na posse deverá arquivar uma petição solicitando uma ordem do tribunal autorizando a utilização da garantia em dinheiro. Dependendo da anuência do credor garantido ou de autorização do tribunal para a utilização pelo devedor na posse da garantia em dinheiro, o devedor na posse deverá separar e contabilizar toda a garantia em dinheiro sob sua posse. 11 U.S.C. § 363(c)(4). Uma parte interessada na propriedade que estiver sendo usada pelo devedor poderá solicitar que o tribunal proíba ou condicione esta utilização à medida necessária para proporcionar a "proteção adequada" para o credor .

A proteção adequada poderá ser necessária para proteger o valor do interesse do devedor na propriedade que estiver sendo utilizada pelo

devedor na posse. Isto é especialmente importante quando houver uma diminuição do valor da propriedade. O devedor poderá efetuar pagamentos periódicos ou pagamento único em dinheiro ou fornecer um gravame adicional ou substitutivo que faça com que o interesse do credor na propriedade fique protegido adequadamente. 11 U.S.C. § 361.

Quando um devedor sob o capítulo 11 necessitar de capital de giro, poderá obtê-lo de um prestador oferecendo ao prestador uma "prioridade especial" sobre os demais credores sem garantia ou um gravame sobre a propriedade da massa falida. 11 U.S.C. § 364.

### **Petições**

Antes da confirmação do plano, poderão ocorrer várias atividades em um processo do capítulo 11. O funcionamento contínuo da empresa do devedor poderá levar a diversas petições contestadas. As mais comuns são as que buscam proteção contra a suspensão automática, a utilização de garantia em dinheiro ou para obter crédito. Também poderá haver litígio sobre contratos executários (ou seja, não cumpridos) e os aluguéis não vencidos e a pressuposição ou rejeição destes contratos executários e aluguéis não vencidos pelo devedor na posse. 11 U.S.C. § 365. Os atrasos na formulação, arquivamento e obtenção de aprovação para um plano muitas vezes obriga os credores a entrarem com petições de medidas de proteção contra a suspensão automática, para converter o processo para o capítulo 7 ou para rejeitar completamente o processo.

### **Processos contenciosos**

Frequentemente, o devedor na posse iniciará uma ação judicial, conhecida como processo contencioso, para recuperar dinheiro ou propriedades para a massa falida. Os processos contenciosos podem tomar a forma de ações de

anulação de gravames, ações para anular preferências, ações para anular transferências fraudulentas ou ações para anular as transferências feitas após a petição inicial ter sido arquivada. Estes processos são regidos pela Parte VII das Regras Federais de Processos de Falências. Às vezes, um comitê de credores poderá ser autorizado pelo tribunal a perseguir estas ações contra os detentores de informações sobre o devedor se o plano determinar que o comitê assim o fizesse ou se o devedor tiver se recusado a cumprir uma exigência de fazê-lo. Os credores também poderão iniciar processos contenciosos arquivando uma petição inicial para determinar a validade ou a prioridade de um gravame, revogar uma ordem confirmando um plano, determinar a cancelabilidade de uma dívida, obter uma medida liminar ou subordinar uma reivindicação de outro credor.

### **Reivindicações**

O Código de Falências define uma reivindicação como: (1) um direito a pagamento; (2) um direito a um remédio de equidade por uma falta de cumprimento se a quebra de contrato der origem a um direito a pagamento. 11 U.S.C. § 101(5). De maneira geral, qualquer credor cuja reivindicação não constar da tabela (ou seja, não tiver sido listada pelo devedor nas tabelas do devedor) ou constar na tabela como contestada, contingencial ou não-liquidada deverá arquivar uma comprovação de reivindicação (e anexar provas documentando a reivindicação) para poder ser tratado como credor para a finalidade de votar sobre o plano e a distribuição de acordo com o mesmo. Fed. R. Bankr. P. 3003(c)(2). Porém não será necessário arquivar uma comprovação de reivindicação se a reivindicação do credor constar da tabela (mas não constar como contestada, contingencial ou não liquidada pelo devedor) porque as tabelas do devedor são consideradas como constituindo provas da validade e do valor destas reivindicações. 11 U.S.C. § 1111. Se um credor que constar da tabela optar por arquivar uma reivindicação, a

comprovação de reivindicação arquivada corretamente se sobrepõe a qualquer inclusão daquela reivindicação na tabela. Fed. R. Bankr. P. 3003(c)(4). É responsabilidade de o credor determinar se a reivindicação consta corretamente nas tabelas do devedor. O devedor deverá notificar aqueles credores cujos nomes constarem e cujas reivindicações forem listadas em consequência de um aditamento das tabelas. A notificação também deverá comunicar a tais credores sobre seu direito de arquivar as comprovações de reivindicações e que se deixarem de fazê-lo poderão ficar impedidos de votar sobre o plano de reorganização do devedor ou de participar em qualquer distribuição de acordo com o plano. Quando o devedor aditar a tabela de passivos para acrescentar um credor ou mudar o status de quaisquer reivindicações para contestadas, contingenciais ou não liquidadas, o devedor deverá efetuar notificações do aditamento para todas as entidades afetadas. Fed. R. Bankr. P. 1009(a).

### **Detentores de títulos patrimoniais**

Um detentor de título patrimonial é um detentor de título de participação societária no devedor. Os exemplos de títulos patrimoniais são as ações de uma sociedade anônima, uma participação de um sócio limitado em uma sociedade limitada ou um direito de compra, venda, garantia ou interesse em uma ação de uma sociedade anônima ou um interesse numa sociedade de responsabilidade limitada. 11 U.S.C. § 101(16), (17). Um detentor de títulos patrimoniais poderá votar no plano de reorganização e poderá arquivar uma comprovação de participação ao invés de uma comprovação de reivindicação. Uma comprovação de participação será considerada como arquivada em relação a qualquer participação que conste das tabelas do devedor, a não ser que esteja constando como contestada, contingencial ou não liquidada. 11

U.S.C. § 1111. Um detentor de título patrimonial cuja participação não estiver listada ou que estiver constando como contestada, contingencial ou não liquidada deverá arquivar uma comprovação de participação para poder ser tratado como credor para as finalidades de votar no plano e da distribuição de acordo com o mesmo. Fed. R. Bankr. P. 3003(c)(2). Uma comprovação de participação arquivada corretamente se sobrepõe a qualquer tabela onde conste tal participação. Fed. R. Bankr. P. 3003(c)(4). Geralmente, a maioria das determinações que se aplicam às comprovações de reivindicação, conforme discutidas acima, também se aplicam às comprovações de participação.

### **Conversão ou rejeição**

Um devedor em um processo do capítulo 11 tem um direito absoluto de uma única vez converter o processo do capítulo 11 para um processo do capítulo 7 a menos que: (1) o devedor não for um devedor na posse; (2) o processo tiver se iniciado com um processo involuntário do capítulo 11, ou (3) o processo tiver sido convertido para um processo do capítulo 11 por outro motivo que não a solicitação do devedor. 11 U.S.C. § 1112(a). Um devedor em um processo do capítulo 11 não possui um direito absoluto de fazer com que o processo seja rejeitado mediante solicitação.

Uma parte interessada poderá arquivar uma petição para rejeitar ou converter um processo do capítulo 11 para o processo do capítulo 7 por "motivo justificado". Geralmente, se for provado um motivo após a intimação e a audiência, o tribunal deverá converter ou rejeitar o processo (seja qual for de maior interesse para os credores e a massa falida) a menos que este decidir especificamente que a conversão ou rejeição solicitadas não atende o melhor interesse dos credores e da massa falida. 11 U.S.C. § 1112(b). Alternativamente, o tribunal poderá decidir que a nomeação de um administrador ou examinador

do capítulo 11 atende melhor aos interesses dos credores e da massa falida. 11 U.S.C. § 1104(a)(3). O parágrafo 1112(b)(4) do Código de Falências determina diversos exemplos de motivação que daria suporte à rejeição ou conversão. Por exemplo, a parte peticionante poderá comprovar a motivação demonstrando que existe um prejuízo substancial ou ininterrupto para a massa falida e a ausência de probabilidade razoável de reabilitação; falha grave na administração da massa; falta de contratação de seguro que oferece risco para a massa falida ou o público; ou a utilização desautorizada de garantia em dinheiro que seja substancialmente prejudicial para um credor.

Os motivos para a rejeição ou conversão também incluem uma falta sem justificação de cumprimento das exigências de comunicação e arquivamento; falta de comparecimento à reunião de credores ou de comparecer a um exame sem motivo justo; falta de fornecimento de informações para o administrador em tempo hábil e a falta de pagamento tempestivo dos impostos posteriores à petição ou de arquivamento em tempo hábil das declarações de impostos. Fed. R. Bankr. P. 2004. Além disso, a falta de apresentação de uma declaração de revelação ou de arquivamento e confirmação de um plano dentro do prazo fixado pelo Código de Falências ou por ordem do tribunal; a incapacidade de colocar um plano em prática; a incapacidade de consumir um plano aprovado configura o "motivo justo" para a rejeição de acordo com a lei. Em um processo individual, o inadimplemento pelo devedor de obrigações de alimentos posteriores à entrada com a petição constitui um "motivo justo" para a rejeição ou conversão.

O parágrafo 1112(c) do Código de Falências fornece uma exceção importante ao processo de conversão de um processo do capítulo 11. De acordo com esta determinação, o tribunal está proibido de converter um processo envolvendo um agricultor ou instituição de caridade para um processo de liquidação sob o capítulo 7, a menos que o devedor solicite esta conversão.

## **A declaração de revelação**

Geralmente, o devedor (ou qualquer proponente de um plano) deve arquivar e obter a aprovação do tribunal para uma declaração de revelação antes que possa ocorrer uma votação do plano de reorganização. A declaração de revelação deve fornecer "informações adequadas" a respeito dos assuntos do devedor para possibilitar que o detentor de uma reivindicação ou participação possa tomar uma decisão bem informada sobre o plano. 11 U.S.C. § 1125. Em um processo de empresa pequena, porém, o tribunal poderá decidir que o plano em si mesmo já contém as informações adequadas e que é desnecessária a apresentação de uma declaração de revelação à parte. 11 U.S.C. § 1125(f). Depois que a declaração de revelação tiver sido arquivada, o tribunal deverá realizar uma audiência para determinar se a declaração de revelação deverá ser aprovada. A aceitação ou a rejeição de um plano geralmente não pode ser solicitada antes que o tribunal primeiramente aprove a declaração de revelação por escrito. 11 U.S.C. § 1125(b). Há uma exceção a esta regra se a solicitação inicial de uma parte tiver ocorrido antes da entrada em juízo da petição de falência, como seria o caso nos planos de falência "pré-embrulhados" (ou seja, quando o devedor negocia um plano com um eleitorado significativo de credores antes de entrar com o processo de falência). A continuação dos pedidos de tais partes após a petição não está proibida. Após o tribunal aprovar a declaração de revelação, o devedor ou o proponente de um plano poderá começar a pedir as aceitações do plano, e os credores também podem fazer pedidos de rejeição do plano.

Mediante a aprovação da declaração de revelação, o proponente do plano deverá enviar pelo correio para o administrador dos Estados Unidos e todos os credores e detentores de garantias de participação os seguintes documentos: (1) o plano, ou um resumo do plano aprovado pelo tribunal; (2) a declaração de

revelação aprovada pelo tribunal; (3) comunicação do prazo dentro do qual poderão ser arquivadas as aprovações e rejeições do plano ; e (4) tais outras informações conforme o tribunal poderá orientar, inclusive qualquer parecer do tribunal aprovando a declaração de revelação ou um resumo do parecer aprovado pelo tribunal. Fed. R. Bankr. P. 3017(d). Além disso, o devedor precisará enviar pelo correio para os credores e detentores de garantias de participação com direito a votarem no plano ou nos planos os seguintes documentos: (1) notificação do prazo marcado para arquivar as oposições; (2) comunicação da data e da hora para a audiência sobre a confirmação do plano; (3) uma cédula de votação para aceitar ou rejeitar o plano e, se for apropriado, uma indicação para que os credores manifestem as suas preferências entre planos concorrentes. Id. Mas em um processo de empresa pequena, o tribunal poderá aprovar condicionalmente uma declaração de revelação sujeita à aprovação definitiva após as intimações e uma audiência conjunta de aprovação de revelação e de confirmação do plano. 11 U.S.C. § 1125(f).

### **Aceitação do plano de reorganização**

Conforme observado anteriormente, somente o devedor poderá apresentar um plano de reorganização durante o prazo dos primeiros 120 dias depois da entrada em juízo da petição (ou depois do proferimento da ordem de proteção, quando tiver sido apresentada uma petição involuntária. O tribunal poderá conceder uma prorrogação deste prazo de exclusividade até 18 meses. Além disso, o devedor tem 180 dias após a data da petição ou do proferimento da ordem de proteção para obter as aceitações do seu plano. 11 U.S.C. § 1121. O tribunal poderá prorrogar (até 20 meses) este prazo exclusivo de aceitação por motivo justo. 11 U.S.C. § 1121(d). Na prática, os devedores tipicamente solicitam prorrogações de ambos os prazos finais para arquivar plano e para a aceitação do plano ao mesmo tempo, de

forma que qualquer ordem requerida do tribunal dê dois meses para o devedor buscar as aceitações depois e arquivar o plano e antes que qualquer plano concorrente possa ser apresentado ao tribunal.

Se o prazo de exclusividade vencer antes que o devedor tenha arquivado e obtido a aceitação do plano, as outras partes interessadas no processo, tais como um comitê de credores ou um credor, poderão arquivar um plano. Tal plano poderá concorrer com o plano arquivado por outra parte interessada ou pelo devedor. Se for nomeado um administrador, o administrador deve arquivar um plano, um relatório explicando porque o administrador não apresentará um plano ou uma recomendação para a conversão ou rejeição do processo. 11 U.S.C. § 1106(a)(5). O proponente de um plano está sujeito às mesmas exigências do devedor em relação às revelações e aos pedidos de votos.

Em um processo do capítulo 11, pode ser permitido um plano de liquidação. Tal plano frequentemente permite que o devedor na posse liquide a empresa em condições mais vantajosas economicamente do que numa liquidação do capítulo 7. Este também permite aos credores terem um papel mais ativo na formação da liquidação dos bens e na distribuição dos resultados financeiros do que num processo do capítulo 7.

O parágrafo 1123(a) do Código de Falências lista as determinações de caráter obrigatório de um plano do capítulo 11, e o parágrafo 1123(b) lista as determinações de natureza discricionária. O parágrafo 1123(a)(1) determina que um plano do capítulo 11 deva designar as classes de reivindicações e interesses para tratamento sob a reorganização. Geralmente, um plano classificará os detentores de reivindicações como credores garantidos, credores sem garantia com direitos prioritários, credores gerais sem garantia e detentores de títulos de participação.

De acordo com o parágrafo 1126(c) do Código de Falências, uma classe inteira de reivindicações será considerada como aceitando o plano se o

plano for aceito por credores que detenham pelo menos dois terços do valor e mais do que a metade em termos de quantidade das reivindicações permitidas da classe. De acordo com o parágrafo 1129(a)(10), se houver classes de reivindicações prejudicadas, o tribunal não poderá confirmar o plano a não ser que este seja aceito por pelo menos uma classe de não detentores de informações privilegiadas que detenham reivindicações prejudicadas (isto é, reivindicações que não serão pagas integralmente ou nas quais algum direito legal, de equidade ou contratual for modificado). Igualmente, de acordo com o parágrafo 1126(f), os detentores de reivindicações não prejudicadas são considerados como tendo aceitado o plano.

De acordo com o parágrafo 1127(a) do Código de Falências, o proponente do plano poderá modificar o plano em qualquer data antes da confirmação, porém o plano modificado deve atender a todas as exigências do capítulo 11. Onde houver uma modificação proposta após a votação por cédulas ter sido realizada, e o tribunal decidir após uma audiência que a modificação proposta não altera prejudicialmente o tratamento de nenhum credor que não tenha aceitado a modificação por escrito, a modificação é considerada como tendo sido aceita por todos os credores que aceitaram o plano anteriormente. Fed. R. Bankr. P. 3019. Se for determinado que a modificação proposta não possui um efeito deletério sobre as reivindicações de credores não anuentes, deverá então ser realizada outra votação por cédulas.

Devido ao fato de que mais do que um plano poderá ser apresentado para os credores para aprovação, todos os planos e modificações propostos deverá ser datado e identificado com o nome da entidade ou entidades que estão apresentando o plano ou a modificação Fed. R. Bankr. P. 3016(b) Quando for apresentados planos concorrentes que atendam às exigências para a confirmação, o tribunal deve considerar as preferências dos credores e detentores de títulos de participação para determinar qual o plano que deve ser confirmado.

Qualquer parte interessada poderá arquivar uma oposição à confirmação do plano. O Código de Falências exige que o tribunal, após as intimações, realize uma audiência sobre a confirmação do plano. Se não tiver sido arquivada a tempo nenhuma oposição à confirmação, o Código de Falências permite que o tribunal determine se o plano foi proposto de boa fé e de conformidade com a legislação. Fed. R. Bankr. P. 3020(b)(2). Antes que possa ser concedida a confirmação, o tribunal deve ficar satisfeito de que houve o cumprimento de todas as demais exigências para a confirmação estabelecidos pelo parágrafo 1129 do Código de Falências, mesmo com a ausência de quaisquer oposições. Para poder confirmar o plano, o tribunal deve decidir, entre outras coisas, que: (1) o plano é viável; (2) foi proposto de boa fé; e (3) o plano e o proponente do plano estão de conformidade com o Código de Falências. Para poder satisfazer a exigência de viabilidade, o tribunal deve decidir que não é provável que a confirmação do plano seja seguida pela liquidação (a menos que o plano seja um plano de liquidação) ou necessidade de reorganização financeira adicional.

### **O cancelamento**

O parágrafo 1141(d)(1) determina geralmente que a confirmação de um plano desobriga o devedor de qualquer dívida que tiver sido contraída antes da data de confirmação. Após o plano ter sido confirmado, o devedor fica obrigado a fazer os pagamentos do plano e está obrigado pelas determinações do plano de reorganização. O plano confirmado cria novos direitos contratuais, substituindo ou se sobrepondo aos contratos anteriores à falência.

Existem, é claro, exceções à regra geral de que uma ordem confirmando um plano funciona como um cancelamento. A confirmação de um plano de reorganização desobriga qualquer tipo de devedor - corporação, sociedade ou individual - da maioria dos tipos de dívidas anteriores à petição. Porém não cancela um devedor

individual de qualquer dívida determinada como não passível de cancelamento pelo parágrafo 523 do Código de Falências.<sup>16</sup> Ademais, exceto em circunstâncias limitadas, o cancelamento não está disponível para o devedor individual a não ser e até que todos os pagamentos de acordo com o plano tiverem sido feitos. 11 U.S.C. § 1141(d)(5). A confirmação não desobriga o devedor se o plano for um plano de liquidação, ao contrário de um de reorganização, a menos que o devedor seja um indivíduo. Onde o devedor for uma pessoa física, a confirmação do plano de liquidação resultará em um cancelamento (após os pagamentos do plano terem sido efetuados) a não ser que exista uma fundamentação para negar o cancelamento para o devedor se o processo estivesse sendo processado como do capítulo 7 ao invés do capítulo 11. 11 U.S.C. §§ 727(a), 1141(d).

### **Modificação do plano após a confirmação**

Em qualquer data depois da confirmação e antes da "consumação substancial" de um plano, o proponente de um plano poderá modificar o mesmo se este depois de modificado viesse a cumprir determinadas exigências do Código de Falências. 11 U.S.C. § 1127(b). Isto deve ser distinguido da modificação do plano antes da

---

<sup>16</sup> As dívidas que não são canceladas incluem as dívidas de pensão alimentícia para ex-cônjuges ou filhos, dívidas relacionadas com determinados pagamentos em excesso de benefícios educacionais ou empréstimos feitos ou garantidos por um órgão governamental, as dívidas por lesões intencionais e dolosas pelo devedor a outra entidade ou à propriedade de outra entidade, dívidas resultantes de morte ou lesões corporais provocadas pelo devedor devidas à operação de veículo automotor pelo devedor enquanto estava intoxicado por álcool ou outras substâncias, e dívidas por determinadas condenações de multas criminais. 11 U.S.C. § 523(a). O devedor continuará sendo responsável pelo pagamento destas dívidas na medida em que as mesmas não forem pagas no processo do capítulo 11. As dívidas referentes a dinheiro ou propriedades obtidos mediante alegações falsas, dívidas por fraudes e desfalques enquanto no desempenho de função fiduciária, e as dívidas por ações intencionais ou dolosas de parte do devedor que provoquem danos à outra entidade ou à propriedade de outra entidade serão canceladas a menos que um credor archive dentro do prazo e tenha ganhado de causa numa ação declaratória de que tais dívidas não sejam passíveis de cancelamento. 11 U.S.C. § 523(c); Fed. R. Bankr. P. 4007(c).

confirmação. Um plano modificado após a confirmação não se torna automaticamente o plano. Um plano de um processo do capítulo 11 modificado após a confirmação se torna o plano somente "se as circunstâncias exigirem tal modificação" e o tribunal, depois de intimações e uma audiência, confirmarem o plano conforme modificado. Se o devedor for um indivíduo, o plano poderá ser modificado após a confirmação mediante solicitação do devedor, do administrador, do administrador dos Estados Unidos, ou do detentor de uma reivindicação permitida sem garantia para fazer ajustes nos pagamentos devidos de acordo com o plano. 11 U.S.C. § 1127(e).

### **Administração pós-confirmação**

Não obstante o proferimento da ordem de confirmação, o tribunal possui autoridade para emitir qualquer outra ordem necessária para administrar a massa falida. Fed. R. Bankr. P. 3020(d). Esta autoridade incluiria a determinação após a confirmação de oposições às reivindicações ou processos contenciosos, as quais devem ser solucionados antes que o plano possa ser consumado totalmente. Os parágrafos 1106(a)(7) e 1107(a) do Código de Falências exigem que o devedor na posse ou um administrador apresentem relatórios sobre os avanços feitos na implantação do plano após a confirmação. Um administrador ou devedor na posse do capítulo 11 tem uma série de responsabilidades a cumprir depois da confirmação, inclusive à consumação do plano, apresentação de relatório sobre o status da consumação e fazer o requerimento de uma decisão judicial definitiva.

### **Revogação da ordem de confirmação**

A revogação da ordem de confirmação é um desfazimento ou cancelamento da confirmação de um plano. Uma solicitação de revogação da confirmação, se vier a ser feita, deve ser feita por uma parte interessada dentro de 180 dias após a



confirmação. O tribunal, após as intimações e uma audiência, poderá revogar uma ordem de confirmação "se e somente se a ordem (de confirmação) tiver sido obtida mediante fraude". 11 U.S.C. § 1144.

### **A decisão judicial definitiva**

Deve ser proferida uma decisão judicial definitiva encerrando o processo após a massa falida ter sido "completamente administrada". Fed. R. Bankr. P. 3022. As políticas do tribunal de falências local geralmente determinam quando a decisão judicial é proferida e o processo encerrado.

## **O que os credores devem saber sobre o Capítulo 12: Falência de agricultor familiar ou de pescador familiar**

*O capítulo do Código de Falências que determina o reajuste de dívidas de um "agricultor familiar" ou de um "pescador familiar" conforme estes termos são definidos no Código de Falências.*

### **Antecedentes**

O capítulo 12 foi pensado para os "agricultores familiares" ou "pescadores familiares" com "renda anual regular". Possibilita que os agricultores e pescadores familiares proponham e executem um plano para amortizar a totalidade ou uma parte das suas dívidas. De acordo com o capítulo 12, os devedores propõem um plano de pagamentos em prestações para os credores num prazo de três a cinco anos. De forma geral, o plano deve determinar os pagamentos durante três anos a não ser que o tribunal aprove um prazo maior "com justificativa". Mas a menos que o plano proponha pagar 100% das reivindicações de natureza alimentícia (pensão para filhos e para ex-cônjuge), se houver alguma, este deverá ser de cinco anos e deverá incluir toda a renda prescindível do devedor. O prazo dos pagamentos do plano em nenhuma hipótese poderá se estender por mais do que cinco anos. Artigo 1222(b)-(c) do capítulo 11 do Código dos EUA.

Ao adaptar a legislação falimentar para atender às realidades econômicas da agricultura familiar e da pesca familiar, o capítulo 12 elimina muitas das barreiras que estes devedores teriam que enfrentar se fossem se reorganizar de acordo com os capítulos 11 ou 13 do Código de Falências. Por exemplo, o capítulo 12 tem um rito mais eficiente, menos complexo e menos caro do que o capítulo 11, o qual se adapta melhor às reorganizações de grandes corporações. Além disso, poucos agricultores ou pescadores familiares acham o capítulo 13 vantajoso porque este foi projetado para pessoas assalariadas que

possuem dívidas menores do que aquelas enfrentadas pelos agricultores familiares. No capítulo 12, o Congresso buscou misturar as características do Código de Falências que possam fornecer uma estrutura para reorganizações bem sucedidas de agricultores e pescadores familiares.

O Código de Falências determina que somente um pescador familiar ou pescador familiar com "renda anual regular" pode entrar com o pedido de medida de proteção do capítulo 12. Artigos 101(18), 101(19A), 109(f) do capítulo 11 do Código dos EUA. A finalidade desta exigência é garantir que a renda anual do devedor fique suficientemente estável e normal para permitir que o devedor efetue os pagamentos de acordo com um plano do capítulo 12. Mas o capítulo 12 tem uma flexibilidade para as situações nas quais os agricultores ou pescadores familiares possuam renda que seja sazonal na sua característica. A medida de proteção do capítulo 12 é voluntária e somente o devedor poderá entrar com uma petição de acordo com este capítulo.

De acordo com o Código de Falências, os "agricultores familiares" e "pescadores familiares" se dividem em duas categorias: (1) um indivíduo, ou um indivíduo e seu cônjuge e (2) uma corporação ou sociedade. Os agricultores ou pescadores que se encaixam na primeira categoria deverão atender todos os quatro critérios abaixo na data do arquivo da petição para poderem se qualificar para a proteção sob o capítulo 12.

- O indivíduo ou o esposo e a esposa devem se dedicar a uma operação agrícola ou operação de pesca comercial.
- As dívidas totais (garantidas e sem garantia) da operação não devem exceder a US\$ 3.792.650 (se for uma operação agrícola) ou US\$ 1.757.475 (se for uma operação de pesca comercial).

- Se um agricultor familiar, pelo menos 50%, e for um pescador familiar, pelo menos 80% das dívidas totais que forem por um valor fixo (excluindo-se a dívida relacionada com a moradia do devedor) deverá ser relacionada com a operação de agricultura ou de pesca comercial.
- Mais do que 50% da renda bruta do indivíduo ou do esposo e esposa do exercício fiscal anterior (ou, para agricultores familiares apenas, para todos os exercícios até o terceiro exercício fiscal anterior) deverá ter se originado da operação agrícola ou de pesca comercial.

Para que uma corporação ou sociedade possam se encaixar dentro da segunda categoria de devedores elegíveis para entrar com o processo como agricultor familiar ou pescador familiar, a corporação ou sociedade deve atender a todos os critérios a seguir na data do arquivo da petição:

- Mais do que a metade das ações ou participação acionária em circulação da corporação ou sociedade deve ser de propriedade de uma família ou por uma família e os seus parentes.
- A família ou a família e os seus parentes devem administrar a operação agrícola ou de pesca comercial.
- Mais do que 80% do valor dos ativos corporativos ou societários devem estar relacionados com a operação agrícola ou de pesca.
- O endividamento total da corporação ou sociedade não deve exceder a US\$ 3.792.650 (se for uma operação agrícola) ou US\$ 1.757.475 (se for uma operação de pesca comercial).
- Pelo menos 50% para uma operação agrícola e 80% para uma operação pesqueira das dívidas totais da corporação ou sociedade que forem de valor fixo (excluindo-se as dívidas por uma residência ocupada por um

acionista) devem ser relacionadas com a operação agrícola ou pesqueira.

- Se a corporação emitir ações, as ações não podem ser negociadas em bolsa de valores.

Um devedor não pode entrar com o pedido de acordo com o capítulo 12 (ou qualquer outro capítulo) se durante os 180 dias anteriores tiver sido rejeitada uma petição de falência anterior devido à ausência intencional do devedor do tribunal ou à falta de cumprimento de ordens do tribunal ou se tiver sido rejeitada voluntariamente após os credores terem buscado uma medida do tribunal de falências para recuperar propriedades sobre as quais eles detêm gravames. Artigos 109(g), 362(d) e (e) do capítulo 11 do Código dos EUA. Além disso, nenhuma pessoa pode ser devedora de acordo com o capítulo 12, ou qualquer capítulo do Código de Falências, a não ser que ele ou ela tenham, dentro de 180 dias antes de entrar com o pedido, recebido orientações sobre crédito de uma agência de orientação sobre crédito aprovada, quer seja de forma individual ou em grupo. Artigos 109, 111 do capítulo 11 do Código dos EUA. Existem exceções em situações de emergência ou quando o administrador dos Estados Unidos (ou o administrador de falências)<sup>17</sup> tiver determinado que exista uma quantidade insuficiente de agências aprovadas para fornecer a aconselhamento exigida. Se tiver sido desenvolvido um plano de gerenciamento de dívida durante o aconselhamento de crédito exigido, o mesmo deve ser arquivado no tribunal.

## Como o capítulo 12 funciona

<sup>17</sup> Na Carolina do Norte e no Alabama os administradores de falências realizam funções semelhantes às que os administradores dos Estados Unidos cumprem nos outros quarenta e oito estados. O programa de administradores de falências é administrado pelo Gabinete Administrativo dos Tribunais dos Estados Unidos, enquanto que o programa de administradores dos Estados Unidos é administrado pelo Departamento de Justiça. Para as finalidades desta publicação, as referências aos administradores dos Estados Unidos também são aplicáveis aos administradores de falências.

O processo do capítulo 12 começa com o arquivo da petição no tribunal de falências que serve a área onde o indivíduo reside, ou onde a corporação ou sociedade devedora possui a sua sede social ou os seus principais ativos. A menos que o tribunal ordene diferentemente, o devedor também terá que arquivar no tribunal as (1) tabelas de ativos e passivos, (2) uma tabela com a renda e as despesas atuais, (3) uma tabela de contratos executários e alugueis não vencidos e (4) um demonstrativo de seus assuntos financeiros. Fed. R. Bankr. P. 1007(b). Um marido e sua esposa podem entrar com uma petição em conjunto ou petições individuais. Artigo 302(a) do capítulo 11 do Código dos EUA. (Os Formulários Oficiais podem ser comprados nas papelarias de impressos jurídicos ou baixados da Internet no endereço [www.uscourts.gov/bkforms/index.html](http://www.uscourts.gov/bkforms/index.html). Estes também podem ser conseguidos no tribunal).

A partir de 17 de outubro de 2005, os tribunais precisam cobrar custas iniciais do processo de US\$ 200 e uma taxa administrativa para diversos de US\$ 39. Normalmente as taxas devem ser pagas para o escrevente do Tribunal por ocasião da arquivamento. Com autorização do tribunal, porém, estas podem ser pagas em prestações. 28 U.S.C. § 1930(a); Fed. R. Bankr. P. 1006(b); Tabela de Custas Diversas do Tribunal de Falências, Item 8. A quantidade de tais prestações fica limitada a quatro, e o devedor deve fazer o pagamento da prestação final dentro de 120 dias após arquivar a petição. Fed. R. Bankr. P. 1006(b). Por motivo demonstrado o tribunal pode prorrogar o prazo de qualquer parcela, contanto que o último pagamento seja pago dentro dos 180 dias após arquivar a petição. Id. O devedor também poderá pagar as taxas administrativas de US\$ 39 em prestações. Se for arquivada uma petição em conjunto, as taxas iniciais e as taxas administrativas serão cobradas apenas uma vez. Os devedores devem ter consciência de que se deixar de pagar estas taxas, isto poderá resultar na recusa do processo. Artigo 1208(c)(2) do capítulo 11 do Código dos EUA.

Para poder preencher os Formulários Oficiais de Falência que compõem a petição, demonstrativo de situação financeira e tabelas, o devedor precisa compilar as informações a seguir:

- Uma lista de todos os credores e as quantias e a natureza das suas reivindicações;
- A fonte, quantia e frequência da renda do devedor;
- Uma lista de todas as propriedades do devedor; e
- Uma lista detalhada de todas as despesas mensais agrícolas e de manutenção do devedor, por exemplo, alimentação, moradia, serviços públicos, impostos, transporte, remédios, rações animais, adubos, etc.

Os indivíduos casados devem juntar estas informações para os seus cônjuges independentemente de estarem ou não apresentando uma petição em conjunto, petições individuais separadas ou mesmo se somente um cônjuge estiver arquivando. Numa situação na qual somente um dos Cônjuges estiver apresentando a petição, a renda e as despesas do outro cônjuge são necessárias para que o administrador e os credores possam avaliar a situação financeira do domicílio.

Quando é arquivada uma petição do capítulo 12, um administrador imparcial é nomeado para administrar o processo. Artigo 1202. Em alguns distritos, o administrador dos Estados Unidos nomeia um administrador permanente para servir em todos os processos do capítulo 12. 28 U.S.C. § 586(b). Como no capítulo 13, o administrador tanto avalia o processo como serve como agente de desembolsos, cobrando os pagamentos do devedor e fazendo as distribuições para os credores. Artigo 1202 do capítulo 11 do Código dos EUA.

A entrada da petição de acordo com o capítulo 12 automaticamente "suspende" (paralisa) a maioria das ações de cobrança contra o patrimônio do devedor. Artigo 362. Arquivar a petição, porém, não suspende certos tipos de ações listadas sob o

capítulo Artigo 362(b) do capítulo 11 do Código dos EUA. Sob determinadas circunstâncias, a suspensão poderá ser limitada, ou não entrar em vigência completamente. Artigo 362(c). A suspensão surge de pleno direito e não exige nenhuma ação judicial. Enquanto a suspensão estiver em validade os credores geralmente não poderão iniciar ou prosseguir quaisquer ações judiciais, consignações em folha de pagamento ou até mesmo fazer chamadas telefônicas para fazer cobranças. O escrevente de falências enviará uma citação do processo de falência para todos os credores cujos nomes e endereços forem fornecidos pelo devedor.

O capítulo 12 também possui uma determinação especial de suspensão automática que protege os codevedores. A menos que o tribunal de falências autorize de forma diferente, os credores não poderão tratar de cobrar uma "dívida de consumidor" de qualquer pessoa que seja responsável solidariamente com o devedor. Artigo 1201(a) do capítulo 11 do Código dos EUA. As dívidas de consumidores são aquelas incorridas por um indivíduo principalmente para finalidade pessoal, da família ou domicílio. Artigo 101(8) do capítulo 11 do Código dos EUA.

Entre 20 e 35 dias após o devedor entrar com a petição, o administrador do capítulo 12 fará uma "reunião dos credores". Se o administrador dos Estados Unidos marcar uma reunião em um local onde não exista um pessoal de apoio regular para o administrador dos Estados Unidos ou para o administrador de falências, a reunião poderá ser realizada dentro de 60 dias após o credor ter entrado com o processo. Durante a reunião, o administrador coloca o devedor sob juramento, e ambos o administrador e os credores poderão fazer perguntas. O devedor precisa comparecer à reunião e responder às perguntas feitas sobre a sua situação financeira e os termos propostos do plano de amortização do devedor. Artigo 343 do capítulo 11 do Código dos EUA; Fed. R. Bankr. P. 4002. Se um marido e esposa entrarem com uma petição em conjunto, os dois precisam comparecer à reunião de credores. Para poder preservar o seus juízos independentes, o juízes

de falências estão proibidos de comparecer às reuniões de credores. Artigo 341(c) do capítulo 11 do Código dos EUA. As partes geralmente solucionam os problemas do plano durante ou logo após a reunião de credores. Geralmente, o devedor pode evitar problemas se assegurando de que a petição e o plano estão completos e exatos, e consultando com o administrador antes da reunião.

Nos processos do capítulo 12, para participarem das distribuições da massa falida, os credores sem garantia devem arquivar as suas reivindicações no tribunal dentro de 90 dias após a primeira data marcada para a reunião de credores. Fed. R. Bankr. P. 3002(c). Uma unidade governamental, porém, tem 180 dias a partir da data na qual o processo for arquivado para entrar com uma comprovação de reivindicação. Artigo 502(b)(9) do capítulo 11 do Código dos EUA.

Depois da reunião de credores, o devedor, o administrador do capítulo 12 e os credores interessados comparecerão a uma audiência de confirmação do plano de amortização do devedor do capítulo 12.

### **O Plano do Capítulo 12 e a Audiência de Confirmação**

A menos que o tribunal conceda uma prorrogação, o devedor deverá arquivar um plano de amortização com a petição ou dentro de um prazo de 90 dias após a petição ter sido arquivada. Artigo 1221 do capítulo 11 do Código dos EUA. O plano, que deverá ser apresentado para o tribunal para aprovação, determina o pagamento de quantias fixas para o administrador de forma regular. O administrador distribui os fundos para os credores então de acordo com os termos do plano, o qual tipicamente oferece aos credores menos do que o pagamento integral das suas reivindicações.

Existem três tipos de reivindicações: prioritária, garantida e sem garantia. As reivindicações prioritárias são aquelas para as quais é concedido

um status especial pela legislação de falências, tais como a maioria dos impostos e as taxas processuais da falência.<sup>18</sup> As reivindicações com garantia são aquelas em relação às quais o credor possui o direito de liquidar determinada propriedade se o devedor não pagar a dívida subjacente. Ao contrário de reivindicações com garantia, as reivindicações sem garantia geralmente são aquelas em relação às quais o credor não possui direitos especiais de cobrar contra uma propriedade em especial possuída pelo credor.

Um plano do capítulo 12 geralmente dura entre três e cinco anos. O plano deverá pagar as reivindicações prioritárias integralmente a não ser que um credor prioritário em especial concorde com o tratamento diferente para sua reivindicação ou, no caso de uma obrigação de pensão alimentícia, a não ser que o devedor contribua com toda sua "renda prescindível" - discutida abaixo - para um plano de cinco anos. Artigo 1322(a) do capítulo 11 do Código dos EUA. Artigo 1222(a)(2), (4) do capítulo 11 do Código dos EUA.

Os credores com garantia devem receber no mínimo o valor das garantias acessórias penhoradas pelas dívidas. Uma das características do Capítulo 12 é que os pagamentos para os credores com garantia às vezes podem prosseguir além do prazo de três a cinco anos do plano. Por exemplo, se a obrigação passiva subjacente do devedor estava programada para ser paga por mais do que cinco anos (ou seja, um empréstimo para a compra de equipamentos ou hipoteca), o devedor poderá pagar o empréstimo durante o prazo original de amortização do mesmo contanto que quaisquer atrasados sejam colocados em dia durante o plano.

O plano não tem que pagar integralmente as dívidas sem garantia, contanto que comprometa

toda a "renda prescindível" projetada do devedor (ou propriedade de valor equivalente) com os pagamentos do plano durante um prazo de três a cinco anos, e contanto que os credores sem garantia recebam pelo menos o valor que receberiam se os ativos não isentos do devedor fossem liquidados de acordo com o capítulo 7. Artigo 1225 do capítulo 11 do Código dos EUA. A "renda prescindível" é definida como a renda que não for razoavelmente necessária para a manutenção ou sustento do devedor ou dependentes ou para efetuar os pagamentos necessários para prosseguir, conservar e fazer funcionar o negócio do devedor. Artigo 1225(b)(2) do capítulo 11 do Código dos EUA.

Dentro de 45 dias após arquivar o plano, o juiz de falências presidente decide em uma "audiência de confirmação" se o plano é viável e se cumpre as normas para confirmação de acordo com o Código de Falências. Artigos 1224, 1225 do capítulo 11 do Código dos EUA. Os credores, os quais receberão uma intimação com vinte dias de antecedência, poderão comparecer à audiência e se oporem à confirmação. Fed. R. Bankr. P. 2002(a)(8). Embora uma diversidade de oposições possa ser feita, os argumentos mais comuns são os de que os pagamentos oferecidos pelo plano são inferiores aos que os credores teriam direito se os ativos do devedor fossem liquidados, ou de que o plano não compromete toda a renda prescindível do devedor durante o prazo de três a cinco anos do plano.

Se o tribunal confirmar o plano, o administrador do capítulo 12 distribuirá os fundos recebidos de acordo com os termos do plano. Artigo 1226(a) do capítulo 11 do Código dos EUA. Se o tribunal não confirmar o plano, o devedor poderá arquivar um plano modificado. Artigo 1223 do capítulo 11 do Código dos EUA. O devedor poderá também converter o processo para um processo de liquidação segundo o capítulo 7.<sup>19</sup> Artigo 1208(a) do capítulo 11 do Código dos EUA. Se o devedor não conseguir confirmar o plano e o

---

<sup>18</sup> O Parágrafo 507 estabelece dez categorias de reivindicações sem garantia para as quais o Congresso deu prioridade de distribuição sobre outras reivindicações sem garantia por motivos de políticas públicas.

---

<sup>19</sup> É cobrada uma taxa de US\$ 25 para converter um processo sob o capítulo 12 para um processo do capítulo 7.

processo for rejeitado, o tribunal poderá autorizar o administrador a manter uma parte dos fundos para as taxas, mas o administrador deverá devolver todos os fundos remanescentes para o devedor (que não sejam os fundos já desembolsados para os credores). Artigo 1226(a) do capítulo 11 do Código dos EUA.

Ocasionalmente, mudanças nas circunstâncias afetarão a capacidade do devedor de efetuar os pagamentos do plano. Um credor pode se opor ou ameaçar se opuser a um plano, ou o devedor pode ter se esquecido de listar todos os credores. Em tais circunstâncias, o plano poderá ser modificado quer seja antes ou depois da confirmação. Artigo§ 1223, 1229. A modificação após a confirmação não está limitada a uma iniciativa pelo devedor, mas também poderá ser feita a pedido do administrador ou de um credor sem garantia. Artigo 1229(a) do capítulo 11 do Código dos EUA.

### **Fazendo o plano funcionar**

As determinações de um plano confirmado obrigam o devedor e todos os devedores. Artigo 1227 do capítulo 11 do Código dos EUA. Assim que o tribunal confirmar o plano, o devedor precisa fazer com que o plano funcione. O devedor deverá efetuar pagamentos regulares para o administrador, o que exigirá que se adapte a viver com um orçamento fixo por um prazo longo. Ademais, embora a confirmação do plano dê ao devedor o direito de conservar suas propriedades contanto que efetue os pagamentos, o devedor não poderá incorrer em novas dívidas sem antes consultar o administrador, porque as dívidas adicionais podem comprometer a capacidade do devedor de concluir o plano. De qualquer forma, deixar de efetuar os pagamentos do plano poderá resultar na rejeição do processo. Artigo 1208(c). Além disso, o tribunal poderá rejeitar o processo ou converter o processo em um processo de liquidação de acordo com o capítulo 7 do Código de Falências mediante uma demonstração de que o devedor cometeu alguma fraude relacionada

com o processo. Artigo 1208(d) do capítulo 11 do Código dos EUA.

### **O cancelamento do Capítulo 12**

O tribunal poderá conceder um "cancelamento por dificuldades" para um devedor do capítulo 12 mesmo que o devedor tenha deixado de concluir os pagamentos do plano. Artigo 1228(b) do capítulo 11 do Código dos EUA. De maneira geral, um cancelamento por dificuldades financeiras somente está disponível para um devedor cuja inadimplência com os pagamentos do plano for devida a circunstâncias além do controle do devedor e que não seja por nenhuma culpa do devedor. Os credores devem ter recebido pelo menos o valor que teriam recebido em um processo de liquidação do capítulo 7, e o devedor deverá estar impossibilitado de modificar o plano. Por exemplo, lesões ou enfermidades que impeçam que o devedor tenha emprego suficiente para custear pelo menos um plano modificado poderão servir de fundamentação para um cancelamento por dificuldades financeiras. O cancelamento por dificuldades financeiras não se aplica a quaisquer dívidas que não forem passíveis de cancelamento num processo do capítulo 7. Artigo 523 do capítulo 11 do Código dos EUA.

## O que os credores devem saber sobre o Capítulo 13:

### Ajuste de dívida individual

*O capítulo do Código de Falências determinando sobre o ajuste de dívidas de um indivíduo com renda regular. (O Capítulo 13 permite que um indivíduo conserve sua propriedade e pague suas dívidas dentro de um prazo, geralmente de três a cinco anos).*

#### Antecedentes

Uma falência do capítulo 13 é também chamada um plano de assalariado. Esta possibilita que os indivíduos com renda regular desenvolvam um plano para pagar a totalidade ou uma parte das suas dívidas. De acordo com este capítulo, os devedores propõem um plano de pagamentos em prestações para os credores em um prazo de três a cinco anos. Se a renda mensal do devedor for inferior à média do estado aplicável, o plano será por três anos a não ser que o tribunal aprove um prazo maior "com justificativa".<sup>20</sup> Se renda mensal do devedor for mais elevada do que a média do estado aplicável, o plano geralmente será por cinco anos. Em nenhum caso o plano poderá determinar pagamentos por prazo superior a cinco anos. Artigo 1322(d) do capítulo 11 do Código dos EUA. Durante este prazo a lei proíbe os credores de começarem ou continuarem seus esforços de cobrança.

Este capítulo discute seis aspectos de um processo do capítulo 13; as vantagens de optar pelo capítulo 13, os requisitos de elegibilidade do capítulo 13, como funcionam um processo do capítulo 13,

---

<sup>20</sup> A "renda mensal atual" recebida pelo devedor é um termo definido pelo Código de falências e significa a renda média mensal recebida durante os últimos seis meses do ano civil antes do início do processo de falência, inclusive as contribuições regulares para as despesas domésticas de não devedores e incluindo a renda do cônjuge do devedor se a petição for uma petição em conjunto, mas sem incluir a renda da seguridade social ou de determinados pagamentos se o devedor for vítima de certos crimes. Artigo 101(10A) do capítulo 11 do Código dos EUA.

como fazer o plano funcionar e o cancelamento especial do capítulo 13.

#### Vantagens do Capítulo 13

O capítulo 13 oferece uma série de vantagens para os indivíduos em comparação com uma liquidação de acordo com o capítulo 7. Talvez o mais importante seja que o capítulo 13 dá aos indivíduos uma oportunidade de evitar que suas casas sejam retomadas. Ao dar entrada sob este capítulo, os indivíduos podem parar os processos de retomada do imóvel e poderão sanar seus inadimplementos dos pagamentos das hipotecas com um prazo. Apesar disso, eles continuarão tendo que efetuar todos os pagamentos de hipotecas que vencerem durante o plano do capítulo 13 nas datas dos vencimentos. Outra vantagem do capítulo 13 é a que permite que os indivíduos renegociem suas dívidas com garantia (além da hipoteca da sua residência principal) e as prorroguem ao longo de todo o tempo do plano do capítulo 13. Isto poderá abaixar o valor das prestações. O capítulo 13 também tem uma determinação especial que protege os terceiros que devem para o devedor em "dívidas de consumidor". Esta determinação poderá proteger os cossignatários. Finalmente, o capítulo 13 funciona como um empréstimo de consolidação de acordo com o qual o indivíduo efetua os pagamentos do plano para um administrador do capítulo 13 que depois distribui os pagamentos para os credores. Os indivíduos não têm contato direto com os credores enquanto estiverem sob a proteção do capítulo 13.

#### Elegibilidade do Capítulo 13

Qualquer indivíduo, mesmo que seja autônomo ou operando uma empresa não formalizada, é elegível para a medida de proteção do capítulo 13 desde que suas dívidas sem garantia sejam menores do que US\$ 360.475,00 e as dívidas com garantia estejam abaixo de US\$ 1.081.400,00. Artigo 109(e) do capítulo 11 do Código dos EUA.<sup>21</sup> Estas quantias são

---

<sup>21</sup> Estas quantias em dólares são válidas para os processos arquivados após 01 de abril de 2010.



reajustadas periodicamente para refletir as mudanças no índice de preços para consumidores. Uma corporação ou sociedade não podem ser devedoras do capítulo 13. Id.

Um indivíduo não pode entrar com o pedido de acordo com o capítulo 13 se, durante os 180 dias anteriores, um pedido de falência prévio tiver sido negado devido à falta intencional de comparecimento do devedor perante o tribunal ou de cumprimento das ordens do tribunal ou se tiver sido retirado voluntariamente após os credores terem buscado medidas protetivas do tribunal de falências para recuperar propriedades sobre as quais detêm gravames. Artigos 109(g), 362(d) e (e) do capítulo 11 do Código dos EUA.

Além disso, nenhum indivíduo poderá ser devedor de acordo com o capítulo 13 ou qualquer capítulo do Código de Falências a não ser que ele ou ela tenham, dentro dos 180 dias anteriores ao arquivo, recebido aconselhamento de crédito de uma agência de aconselhamento de crédito aprovada mediante orientações individuais ou em grupo. Artigos 109, 111 do capítulo 11 do Código dos EUA. Existem exceções em situações de emergência ou quando o administrador dos Estados Unidos (ou o administrador de falências) tiver determinado que exista uma quantidade insuficiente de agências aprovadas para fornecer a aconselhamento exigida. Se um plano de gerenciamento de dívida tiver sido desenvolvido durante a aconselhamento de crédito, a mesma deverá ser arquivada no tribunal.

### **Como o Capítulo 13 funciona**

Um processo do capítulo 13 começa com o arquivo da petição inicial no tribunal de falências que estiver servindo a região onde o devedor possui domicílio ou residência. A não ser que o tribunal ordene diferentemente, o devedor também precisará arquivar no tribunal: (1) tabelas de ativos e passivos; (2) uma tabela da renda e das despesas atuais; (3) uma tabela dos contratos executórios e aluguéis em vigor; e (4) um demonstrativo da sua situação financeira. Fed. R. Bankr. P. 1007(b)

O devedor também deverá arquivar um certificado de aconselhamento de crédito e uma cópia de qualquer plano de amortização desenvolvido por meio da aconselhamento de crédito; comprovante de pagamento dos empregadores, se houver, recebidos nos 60 dias anteriores ao arquivo; um demonstrativo de renda líquida mensal e quaisquer aumentos de rendas ou despesas previstos depois da arquivamento; e um registro de qualquer interesse que o devedor possua em contas federais ou estaduais de educação qualificada e gastos com instrução. Artigo 521 do capítulo 11 do Código dos EUA. O devedor deve arquivar a comprovação de um passivo atual e suficiente e o seguro de propriedade referente a qualquer imóvel ou veículo automotor que seja de propriedade do devedor.<sup>22</sup> Isto não inclui o seguro que possa ter sido obtido por uma parte que tenha um interesse de garantia na propriedade.

O devedor deverá fornecer para o administrador do capítulo 13 uma cópia da declaração de imposto ou transcrições do último ano fiscal bem como as declarações de impostos arquivadas durante o processo (inclusive as declarações de impostos de exercícios anteriores que não tiverem sido arquivadas quando o processo se iniciou). Id. Os credores também podem solicitar estas informações do devedor. Artigo 521(e)(2)(A) do capítulo 11 do Código dos EUA. Um marido e sua esposa podem entrar com uma petição em conjunto ou petições individuais. Artigo 302(a) do capítulo 11 do Código dos EUA. (Os Formulários Oficiais podem ser comprados nas papelarias de impressos jurídicos ou baixados da Internet no endereço [www.uscourts.gov/bkforms/index.html](http://www.uscourts.gov/bkforms/index.html). Estes também podem ser conseguidos no tribunal).

Os tribunais precisam cobrar custas iniciais do processo de US\$ 235 e uma taxa administrativa para diversos de US\$ 39. Normalmente as taxas precisam ser pagas para o escrevente do Tribunal por ocasião da arquivamento. Com autorização do tribunal, porém, estas podem ser pagas em prestações. 28 U.S.C. § 1930(a); Fed. R. Bankr. P. 1006(b); Tabela de Custas Diversas do Tribunal de Falências, Item 8. A quantidade de prestações fica limitada a quatro, e

---

<sup>22</sup> Ver as Regras Locais, Apêndice 1, Capítulo 13, Regras 13-2.

o devedor deve fazer o pagamento da prestação final dentro de 120 dias após arquivar a petição. Fed. R. Bankr. P.1006(b); ver também, Regra Local 1006-1, 1006-2, Por motivo demonstrado o tribunal pode prorrogar o prazo de qualquer parcela, contanto que o último pagamento seja pago até o final dos 180 dias após arquivar a petição. Id. O devedor também poderá pagar as taxas administrativas de US\$ 39 em prestações. Se for arquivada uma petição em conjunto, as taxas iniciais e as taxas administrativas serão cobradas apenas uma vez. Os devedores devem ter consciência de que se deixar de pagar estas taxas isto poderá resultar na recusa do processo. Artigo 1307(c)(2) do capítulo 11 do Código dos EUA.

Para poder preencher os Formulários Oficiais de Falência que compõem a petição, demonstrativo de situação financeira e tabelas o devedor precisa compilar as informações a seguir:

- Uma lista de todos os credores e as quantias e a natureza das suas reivindicações;
- A fonte, quantia e frequência da renda do devedor;
- Uma lista de todas as propriedades do devedor; e
- Uma lista detalhada das despesas mensais de manutenção do devedor, isto é, alimentação, vestuário, moradia, serviços públicos, impostos, transportes, remédios, etc.

Os indivíduos casados devem juntar estas informações em relação aos seus cônjuges independentemente de estarem ou não apresentando uma petição em conjunto, petições individuais separadas ou mesmo se somente um cônjuge estiver arquivando. Em uma situação na qual somente um dos cônjuges estiver apresentando a petição, a renda e as despesas do outro cônjuge são necessárias para que o administrador e os credores possam avaliar a situação financeira do domicílio.

Quando um indivíduo arquivar uma petição do capítulo 13, um administrador imparcial é nomeado para administrar o processo. Artigo 1302 do capítulo 11 do Código dos EUA. Em alguns distritos, o Administrador dos Estados Unidos ou administrador

de falências<sup>23</sup> nomeia um administrador permanente para servir em todos os processos do capítulo 13. 28 U.S.C. § 586(b). O administrador do capítulo 13 tanto avalia o processo como serve como agente de desembolsos, cobrando os pagamentos do devedor e fazendo as distribuições para os credores. Artigo 1302(b) do capítulo 11 do Código dos EUA.

A entrada da petição de acordo com o capítulo 13 automaticamente "suspende" (paralisa) a maioria das ações de cobrança contra o patrimônio do devedor Artigo 362 do capítulo 11 do Código dos EUA. O arquivamento da petição, porém, não suspende determinados tipos de atividades listadas sob o capítulo Artigo 362(b) do capítulo 11 do Código dos EUA, e a suspensão poderá ter validade por um prazo curto em algumas situações. Ver, por exemplo, o capítulo Artigo 362(c) do capítulo 11 do Código dos EUA. A suspensão surge de pleno direito e não exige nenhuma ação judicial. Enquanto a suspensão estiver em validade os credores não poderão iniciar ou prosseguir as ações judiciais, consignações em folha de pagamento e nem mesmo fazer chamadas telefônicas para fazer cobranças. O escrevente de falências enviará uma citação do processo de falência para todos os credores cujos nomes e endereços forem fornecidos pelo devedor.

O capítulo 13 também possui uma determinação especial de suspensão automática que protege os codevedores. A menos que o tribunal de falências autorize de forma diferente, os credores não poderão tratar de cobrar uma "dívida de consumidor" de qualquer pessoa que seja responsável solidariamente com o devedor. Artigo 1301(a) do capítulo 11 do Código dos EUA. As dívidas de consumidores são aquelas incorridas por um indivíduo principalmente para finalidade pessoal, da família ou domicílio. Artigo 101(8) do capítulo 11 do Código dos EUA.

---

<sup>23</sup> Na Carolina do Norte e no Alabama os administradores de falências realizam funções semelhantes às que os administradores dos Estados Unidos cumprem nos outros quarenta e oito estados. O programa de administradores de falências é administrado pelo Gabinete Administrativo dos Tribunais dos Estados Unidos, enquanto que o programa de administradores dos Estados Unidos é administrado pelo Departamento de Justiça. Para as finalidades desta publicação, as referências aos administradores dos Estados Unidos também são aplicáveis aos administradores de falências.

Os indivíduos podem usar um processo do capítulo 13 para evitar que suas casas sejam retomadas pelos credores com hipotecas. A suspensão automática paralisa o processo de retomada assim que o indivíduo arquivar a petição do capítulo 13. O indivíduo poderá então atualizar os pagamentos atrasados com um prazo razoável. Apesar disto, o devedor ainda poderá perder sua casa se a instituição credora concluir a venda do imóvel retomado de acordo com a legislação estadual antes que o devedor archive a petição. Artigo 1322(c) do capítulo 11 do Código dos EUA. O devedor também poderá perder a casa se ele ou ela deixarem de fazer os pagamentos normais da hipoteca que vencerem depois da entrada com o processo sob o capítulo 13.

Entre 20 e 50 dias após o devedor entrar com a petição do capítulo 13, o administrador do capítulo 13 fará uma reunião dos credores. Se o administrador dos Estados Unidos marcar uma reunião em um local onde não exista um pessoal de apoio regular para o administrador dos Estados Unidos ou para o administrador de falências, a reunião poderá ser realizada dentro de 60 dias após o credor ter entrado com o processo. Fed. R. Bankr. P. 2003(a). Durante esta reunião, o administrador coloca o devedor sob juramento, e ambos o administrador e os credores poderão fazer perguntas. O devedor precisa comparecer à reunião e responder às perguntas feitas sobre sua situação financeira e os termos propostos do plano. Artigo 343 do capítulo 11 do Código dos EUA. Se um marido e esposa entrarem com uma petição em conjunto, os dois precisam comparecer à reunião de credores e responder às perguntas. Para poder preservar seus juízos independentes, os juízes de falências estão proibidos de comparecer às reuniões de credores. Artigo 341(c) do capítulo 11 do Código dos EUA. As partes geralmente solucionam os problemas do plano durante ou logo após a reunião de credores. Geralmente, o devedor pode evitar problemas se assegurando de que a petição e o plano estão completos e exatos, e consultando com o administrador antes da reunião.

Nos processos do capítulo 13, para participarem das distribuições da massa falida, os credores sem garantia devem arquivar suas reivindicações no tribunal dentro de 90 dias após a primeira data

marcada para a reunião de credores. Fed. R. Bankr. P. 3002(c). Uma unidade governamental, porém, tem 180 dias a partir da data na qual o processo for arquivado para entrar com uma comprovação de reivindicação. Artigo 502(b)(9) do capítulo 11 do Código dos EUA. Os credores devem consultar com seus advogados para se assegurarem de que suas comprovações de reivindicações satisfaçam os requisitos das regras e do código. Ver, por exemplo, Fed. R. Bankr. P.3001, e seguintes, Regra Local, Apêndice 1, Capítulo 13, Regra 13-13.

### **Plano do Capítulo 13 e audiência de confirmação**

A menos que o tribunal conceda uma prorrogação, o devedor deverá arquivar um plano de amortização juntamente com a petição ou dentro de um prazo de 15 dias após a petição ter sido arquivada. Fed. R. Bankr. P. 3015. Deverá ser apresentado um plano para a aprovação do tribunal e este deve determinar o pagamento de quantias fixas para o administrador de forma regular, geralmente mensal. O administrador distribui então os fundos para os credores de acordo com os termos do plano confirmado, o qual poderá oferecer aos credores menos do que o valor integral das suas reivindicações.

Existem três tipos de reivindicação: prioritária, garantida e sem garantia. As reivindicações prioritárias são aquelas que possuem um status especial conferido pela legislação falimentar, tais como a maioria dos impostos e as taxas do processo de falência.<sup>24</sup> As reivindicações com garantia são aquelas em relação às quais os credores têm o direito de retomar determinada propriedade (isto é, as garantias) se o devedor não pagar a dívida referente à mesma. Ao contrário das reivindicações garantidas, as reivindicações sem garantia geralmente são aquelas nas quais os credores não possuem direitos especiais de cobrança contra nenhuma propriedade em especial possuída pelo devedor.

---

<sup>24</sup> O Parágrafo 507 estabelece dez categorias de reivindicações sem garantia para as quais o Congresso deu prioridade de distribuição sobre outras reivindicações sem garantia por motivos de políticas públicas.

O plano deverá pagar as reivindicações prioritárias integralmente a não ser que um credor prioritário em especial concorde com o tratamento diferente para sua reivindicação ou, no caso de uma obrigação de pensão alimentícia, a não ser que o devedor contribua com toda sua "renda prescindível" - discutida abaixo - para um plano de cinco anos. Artigo 1322(a) do capítulo 11 do Código dos EUA.

Se o devedor quiser manter a garantia acessória que estiver garantindo uma reivindicação em especial, o plano deverá determinar que o possuidor da reivindicação garantida recebesse pelo menos o valor da garantia acessória. Se a obrigação subjacente à reivindicação com garantia tiver sido usada para comprar o bem dado em garantia (por exemplo, um empréstimo para compra de automóvel), e a dívida tiver sido incorrida dentro de determinados prazos antes de entrar com a petição de falência, o plano precisará determinar o pagamento integral da dívida e não somente o valor do bem dado em garantia (o qual poderá ser inferior devido à sua depreciação). Os pagamentos para determinados credores com garantia (por exemplo, a instituição de empréstimo habitacional), poderão ser feitos no prazo original de amortização do empréstimo (o qual poderá ser maior do que o do plano) contanto que quaisquer pagamentos em atraso sejam regularizados durante o plano. O devedor deverá consultar um advogado para determinar o tratamento correto das reivindicações com garantia no plano.

O plano não precisará pagar integralmente as reivindicações sem garantia contanto que o devedor pague toda sua "renda prescindível" projetada durante um "prazo de comprometimento aplicável" e contanto que os credores sem garantia recebam de acordo com o plano pelo menos o valor que receberiam se os bens do devedor fossem liquidados de acordo com o capítulo 7. U.S.C. § 1325. No capítulo 13, a "renda prescindível" é a renda (que não seja aquela dos pagamentos de pensão alimentícia recebida pelo devedor) menos as quantias razoavelmente necessárias para a manutenção ou os alimentos do devedor ou dependentes e contribuições menos caridosas até 15% da renda bruta do devedor. Se o devedor for responsável por um negócio, a definição de renda

prescindível exclui aquelas quantias que forem necessárias para as despesas normais de funcionamento. Artigo 1325(b)(2)(A) e (B) do capítulo 11 do Código dos EUA.

O "prazo de comprometimento aplicável" depende da renda mensal atual do devedor. O "prazo de comprometimento aplicável" deve ser de três anos se a renda mensal atual for inferior à média de renda do estado para uma família do mesmo tamanho - e de cinco anos se a renda mensal atual for superior à de uma família do mesmo tamanho. Artigo 1325(d) do capítulo 11 do Código dos EUA. O plano poderá ter um prazo inferior ao prazo de comprometimento aplicável (três ou cinco anos) somente se as dívidas sem garantia forem pagas integralmente em um prazo mais curto.

Dentro de 30 dias após ter sido arquivado o processo de falência, mesmo que o plano não tenha sido aprovado ainda pelo tribunal, o devedor deverá começar a fazer os pagamentos do plano para o administrador. Artigo 1326(a)(1) do capítulo 11 do Código dos EUA. Se quaisquer pagamentos de empréstimos com garantia ou de aluguéis vencerem antes que o plano do devedor seja confirmado (Tipicamente pagamentos habitacionais e de veículos), o devedor deverá efetuar pagamentos de proteção adequados diretamente ao prestador com garantia ou senhorio - deduzindo a quantia paga da quantia que de outra forma seria paga ao administrador. Id.

Os credores podem se opuser à confirmação do plano tanto 30 dias após a primeira data marcada da primeira reunião de credores, ou 30 dias após o recebimento de um plano alterado. O procedimento se encontra nas Regras Locais, Apêndice 1, Capítulo 13, Regra 13-8. Até 45 dias após a reunião de credores, o juiz de falência deve realizar uma audiência de confirmação e decidir se o plano é viável e atende aos padrões de confirmação determinados pelo Código de Falências. Artigos 1324, 1325 do capítulo 11 do Código dos EUA; ver também, Regra Local, Apêndice 1, Capítulo 13 Regra 13-11. Os credores receberão intimação da audiência e podem se opuser à confirmação. Fed. R. Bankr. P. 2002(b). Embora uma variedade de oposições possa ser realizada, as mais frequentes são

as de que os pagamentos oferecidos de acordo com o plano são inferiores aos que os credores receberiam se os ativos do devedor fossem liquidados ou de que o plano do devedor não compromete toda a renda prescindível do devedor durante os três ou cinco anos do prazo de comprometimento aplicável.

Se o tribunal confirmar o plano, o administrador do capítulo 13 distribuirá os fundos recebidos de acordo com o plano tão logo seja praticável. Artigo 1326(a)(2) do capítulo 11 do Código dos EUA. Se o tribunal se recusar a confirmar o plano, o devedor poderá arquivar um plano modificado. Artigo 1323 do Código dos EUA. O devedor poderá também converter o processo para um processo de liquidação segundo o capítulo 7.<sup>25</sup> Artigo 1307(a) do capítulo 11 do Código dos EUA. Se o tribunal deixar de confirmar o plano ou o plano modificado, e ao invés disto rejeitar o processo ou converter o processo para o capítulo 7, o tribunal poderá autorizar o administrador a separar alguns fundos para os custos, mas o administrador deverá devolver todos os fundos remanescentes para o devedor (que não sejam os fundos já desembolsados ou devidos aos credores). Artigo 1326(a)(2) do capítulo 11 do Código dos EUA.

Ocasionalmente, uma mudança nas circunstâncias poderá prejudicar a capacidade do devedor de efetuar os pagamentos do plano. Por exemplo, um credor pode se opor ou ameaçar se opuser a um plano, ou o devedor pode ter se esquecido de listar todos os credores. Em tais circunstâncias, o plano poderá ser modificado quer seja antes ou depois da confirmação. Artigos 1323, 1329 do capítulo 11 do Código dos EUA. As modificações após a confirmação não fica limitada a uma iniciativa do devedor, mas poderá ser solicitada por um administrador ou credor sem garantia. Artigo 1329(a) do capítulo 11 do Código dos EUA.

## **Fazendo o plano funcionar**

As determinações de um plano confirmado obrigam o devedor e todos os credores. Artigo 1327 do

capítulo 11 do Código dos EUA. Assim que o tribunal confirmar o plano, o devedor precisa fazer com que o plano funcione. O devedor deverá efetuar pagamentos regulares para o administrador quer seja diretamente ou através de desconto em folha de pagamento, o que exigirá que este se ajuste à necessidade de viver com um orçamento limitado por um prazo prolongado. Além disso, embora a confirmação do plano dê ao devedor o direito de conservar propriedades contanto que os pagamentos sejam efetuados, o devedor não poderá incorrer em novas dívidas sem consultar o administrador, porque as dívidas adicionais poderão prejudicar a capacidade do devedor de completar o plano. Artigos 1305(c), 1322(a)(1), 1327 do capítulo 11 do Código dos EUA.

Se o devedor deixar de efetuar os pagamentos que forem devidos de acordo com o plano confirmado, o tribunal poderá rejeitar o processo ou converter o mesmo em um processo de liquidação sob o capítulo 7 do Código de Falências. Artigo 1307(c) do capítulo 11 do Código dos EUA. O tribunal poderá rejeitar ou converter o processo do devedor se o devedor deixar de pagar quaisquer obrigações de sustento doméstico (pensão alimentícia ou de ex-cônjuge) posteriores ao início do processo, ou deixar de fazer as declarações de impostos exigidas durante o processo. Artigos 1307(c) e (e), 1308, 521 do capítulo 11 do Código dos EUA.

## **Pagamentos para os credores**

Os pagamentos dos planos são efetuados para o administrador, e o administrador distribui os pagamentos do plano de conformidade com os termos do plano confirmado do capítulo 13. O tribunal não tem nenhuma participação no desembolso de pagamentos. As perguntas sobre os pagamentos devem ser feitas diretamente ao gabinete do Administrador do Capítulo 13 nomeado para o processo.

## **O Cancelamento do Capítulo 13**

---

<sup>25</sup> É cobrada uma taxa de US\$ 25 para converter um processo sob o capítulo 13 para um processo do capítulo 7.

A legislação de falências a respeito do escopo do cancelamento do capítulo 13 é complexa e recentemente passou por mudanças importantes. Portanto, os devedores e credores devem consultar advogados competentes antes de arquivar algum pedido a respeito do escopo do cancelamento do capítulo 13.

Um devedor do capítulo 13 tem direito ao cancelamento por ocasião da conclusão de todos os pagamentos sob o plano do capítulo 13 contanto que o devedor: (1) certifique (se for aplicável) que todas as obrigações referentes à manutenção doméstica que tiverem vencido antes de tal certificação ser feita foram pagas; (2) não tenha recebido um cancelamento em um processo anterior que tenha sido arquivado dentro de determinado prazo (dois anos para processos do capítulo 13 anteriores e quatro anos para processos dos capítulos 7, 11 e 12 anteriores); e (3) concluiu um curso aprovado de gerenciamento financeiro (se o administrador dos Estados Unidos ou o administrador de falências do distrito do devedor determinarem que tais cursos estejam disponíveis para o devedor). U.S.C. § 1328. O tribunal não concederá o cancelamento, porém, até que determine através de uma intimação e uma audiência, que não existe nenhum motivo para acreditar que exista algum processo pendente que pudesse dar origem a uma limitação da isenção da moradia do devedor. Artigo 1328(h) do capítulo 11 do Código dos EUA.

O cancelamento libera o devedor de todas as dívidas que forem determinadas pelo plano ou indeferidas (de acordo com o parágrafo 502), com exceções limitadas. Os credores que tiverem sido previstos integralmente ou em parte sob o plano do capítulo 13 não poderão mais começar ou prosseguir nenhuma atividade jurídica ou de outra natureza contra o devedor para cobrar as obrigações canceladas.

Como regra geral, o cancelamento libera o devedor de todas as dívidas previstas no plano ou rejeitadas, com exceção de algumas dívidas que são referenciadas no capítulo Artigo 1328 do capítulo 11 do Código dos EUA. As dívidas que não são canceladas no capítulo 13 incluem determinadas obrigações de longo prazo (tais como a hipoteca da

residência), dívidas de pensão alimentícia para ex-cônjuge ou filhos, determinados impostos, as dívidas para com a maioria dos empréstimos educacionais financiados ou garantidos pelo governo, dívidas decorrentes de morte ou lesão corporal provocadas por dirigir intoxicado ou sob a influência de drogas, e as dívidas de reparações ou multas penais que tenham constado da sentença criminal condenatória do devedor. À medida que as mesmas não tiverem sido pagas integralmente sob o plano do capítulo 13, o devedor será responsável ainda por estas dívidas depois que o processo de falência tiver se encerrado. As dívidas referentes a dinheiro ou propriedades obtidos mediante alegações falsas, dívidas por fraudes e desfalques enquanto no desempenho de função fiduciária, e dívidas por reparações ou danos concedidos em um processo cível por ações intencionais ou dolosas de parte do devedor que provoquem lesões corporais ou a morte de alguma pessoa serão canceladas a menos que um credor archive dentro do prazo e tenha ganhado de causa em uma ação declaratória de que tais dívidas não sejam passíveis de cancelamento. Artigos 1328, 523(c) do capítulo 11 do Código dos EUA; Fed. R. Bankr. P. 4007(c).

O cancelamento do capítulo 13 é um tanto mais amplo do que o do processo do capítulo 7. As dívidas que podem ser canceladas no capítulo 13, mas não no capítulo 7 incluem dívidas por danos intencionais e dolosos à propriedade (ao contrário de a pessoas), dívidas incorridas para pagar obrigações tributárias não passíveis de cancelamento, e dívidas decorrentes de acordos sobre propriedades em processos de divórcio ou separação. Artigo 1328(a) do capítulo 11 do Código dos EUA.

### **O cancelamento do Capítulo 13 por dificuldades financeiras**

Depois da confirmação do plano, poderão surgir circunstâncias que impeçam que o devedor conclua o plano. Em tais situações, o devedor poderá requerer ao tribunal que lhe conceda um "cancelamento por dificuldades financeiras". Artigo 1328(b) do capítulo 11 do Código dos EUA.

Geralmente, tal cancelamento ficará disponível somente se: (1) a falta de cumprimento por parte do devedor dos pagamentos do plano for devida às circunstâncias fora do controle do devedor e sem nenhuma culpa do devedor; (2) os credores receberem pelo menos a quantia que teriam recebido em um processo de liquidação do capítulo 7; e (3) não for possível fazer a modificação do plano. Lesões ou enfermidades que impeçam que o devedor tenha emprego suficiente para custear pelo menos

um plano modificado poderão servir de fundamentação para um cancelamento por dificuldades financeiras. O cancelamento por dificuldades financeiras é mais limitado do que o cancelamento descrito acima e não se aplica a quaisquer dívidas que não forem passíveis de cancelamento em um processo do Capítulo 7. U.S.C. § 523.

## **GLOSSÁRIO**

### **ACORDO DE REFIRMAÇÃO**

Um acordo entre o devedor e o credor no qual o devedor concorda em pagar a totalidade ou parte de uma dívida que de outra forma seria passível de quitação.

### **ADMINISTRADOR DOS ESTADOS UNIDOS**

Um oficial do Departamento de Justiça que supervisiona os administradores e a administração das massas falidas. O depositário dos Estados Unidos nomeia os depositários, fiscaliza os planos, as declarações da instrução, comitês de credores, pedidos de remuneração, e o processo da falência, além de cumprir com outros deveres legais (Ver o Artigo 586 do capítulo 11 do Código dos EUA).

### **APELADO**

A parte contra a qual a apelação é recebida. O apelado é a parte que não tem nenhum interesse em contrariar o julgamento, decisão ou ordem judicial.

### **APELANTE**

A parte que arquiva e busca uma apelação de uma decisão judicial.

### **ARQUIVAR**

O ato de colocar um documento sob custódia do Escrevente do Tribunal para ser inserido nos autos ou registros de um processo.

### **ATIVOS ISENTOS**

Propriedade que um devedor pode conservar, livre dos pedidos dos credores que não possuem gravames sobre a propriedade.



## **BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA**

A designação dada pelo tribunal para quem não tem os fundos para pagar as taxas iniciais associadas com o processo de falência.

## **CANCELAMENTO**

O mandado judicial expedido pelo Tribunal de Falências que elimina a responsabilidade pessoal do devedor sobre dívidas passíveis de cancelamento. Ver também Artigo 523 do capítulo 11 do Código dos EUA.

## **CITAÇÃO**

Um documento oficial do tribunal informando para a parte citada que foi apresentada uma ação contra a mesma, o tribunal de onde a citação se originou e onde a parte deve comparecer, na data indicada na citação e contestar a petição inicial de tal ação.

## **COMPENSAÇÃO**

Uma reivindicação pelo devedor de que o credor deve dinheiro para o devedor que deverá ser diminuído da quantia reivindicada pelo credor. Ao reivindicar uma compensação o devedor não necessariamente se opõe à reivindicação do credor, porém ele reivindica o direito de provar que o credor lhe deve dinheiro de alguma outra transação e que o valor deverá ser descontado da reivindicação do credor.

## **COMPROVAÇÃO DE REIVINDICAÇÃO**

Uma declaração por escrito identificando a quantia e o motivo pelo qual o devedor deve dinheiro ao credor. Ver o Formulário Oficial 10.

## **CONFIRMAÇÃO**

Aprovação de um plano para um devedor pagar os credores condicionado a que critérios específicos sejam cumpridos.

## **CONTESTAÇÃO**

A resposta de um réu a uma petição inicial arquivada em um processo contencioso. Uma vez que o réu poderá ser um autor, mas também um réu em uma reconvenção, a resposta também é chamada de *Contestação*.

## **CONTRATOS EXECUTÓRIOS OU ALUGUÉIS A CUMPRIR**

Contratos ou arrendamentos sob os quais ambas as partes possuem deveres ainda por serem cumpridos ou que ainda não tenham sido completamente cumpridos. Se um contrato ou arrendamento estiver a cumprir, o devedor poderá continuar a cumprir os termos do contrato ou arrendamento ("assumir" o mesmo) ou optar por cancelar o contrato ou arrendamento ("rejeitar" o mesmo). Exemplos de contratos a cumprir são: aluguel de uma residência, carro ou equipamento; um contrato de emprego; um contrato de melhorias de residência; um contrato de serviços ou um contrato para a entrega futura de mercadorias.

## **CREADOR**

Uma pessoa ou empresa que possua um pedido contra o devedor.

## **DATA DE INTERPOSIÇÃO**

Tradicionalmente a última data determinada para praticar um ato específico.

## **DECLARAÇÃO JURAMENTADA**

Uma declaração de fatos por escrito, confirmada pelo juramento prestado perante um oficial que possua autorização para administrar tal juramento (tal como um tabelião público) ou compromisso da parte que a estiver fazendo. Ver também **VERIFICAÇÃO**.

## **DEPOIMENTO**

Um procedimento que é autorizado de acordo com as regras Federais de Processo de Falência no qual podem ser tomadas declarações de testemunhas sob juramento. Ver também **Instrução**.

## **DEVEDOR**

Uma pessoa ou empresa que tenha arquivado um pedido de medida de acordo com o Código de Falências.

## **DISCUTÍVEL**

Aquilo que não está sujeito a uma decisão ou ordem judicial porque a controvérsia não surgiu, ou já se encerrou.

## **DÍVIDA NÃO PREVISTA**

Uma dívida que deveria estar incluída nas previsões arquivadas em juízo mas que não o foi.

## **DÍVIDA NÃO CANCELÁVEL**

Uma dívida que não ficará sujeita ao cancelamento. Ver Artigos 523(a), 1328(a) do capítulo 11 do Código dos EUA.

## **DÍVIDA SEM GARANTIA**

Uma obrigação financeira que não está garantida por um contrato de garantia ou por um gravame sobre a propriedade do devedor.

## **ESTIPULAÇÃO**

Um acordo voluntário entre partes opostas.

## **EXTINÇÃO**

Uma ordem ou decisão encerrando um pedido, processo contencioso ou processo de falência.

## **EXTINÇÃO COM RENÚNCIA AO DIREITO DE AÇÃO**

Uma ordem ou julgamento encerrando um pedido, processo contencioso ou processo falimentar que proíbe a parte de apresentar o mesmo caso, pedido ou causa de agir novamente, ou por um prazo específico (ver por exemplo. Artigo 109(g)).

## **FORO**

O local correto de um processo judicial.

## **GARANTIA ACESSÓRIA**

Propriedade que é prometida como garantia para a satisfação de uma dívida.

## **GRAVAME**

Um encargo ou penhor sobre uma propriedade específica com o objetivo de garantir o pagamento por um devedor ou o cumprimento de uma obrigação.

## **INSTRUÇÃO**

O processo pelo qual as partes trocam e obtém informações sobre suas posições respectivas. Ver Fed.R. Bankr. P. 7026, et seq

## **INTERROGATÓRIOS**

Uma forma de instrução através da qual são propostas perguntas por escrito para uma parte para serem respondidas por escrito e sob juramento. Ver também **Instrução**.

## **JURISDIÇÃO**

A autorização jurídica que um tribunal possui para ouvir e decidir um processo.

## **LIQUIDAR**

Converter ativos ou interesses em propriedades em dinheiro.

## **OPOSIÇÃO AO CANCELAMENTO**

Uma oposição ao devedor, arquivada por uma parte interessada, ao cancelamento (liberando de responsabilidade o devedor por qualquer dívida). Esta é apresentada por um **PROCESSO CONTENCIOSO**.

## **OPOSIÇÃO À ISENÇÃO**

A oposição de um fideicomissário ou credor à tentativa de um devedor de argumentar que determinada propriedade fique isenta.

## **ORDEM**

Uma ordem é um decreto judicial resolvendo um problema ou questão suscitada perante o Tribunal que outorga uma medida, denega uma medida ou determina que uma parte pratique um ato ou se abstenha de praticar tal ato.

## **ORDEM DE ALÍVIO (SUSPENSÃO AUTOMÁTICA)**

Uma medida cautelar que paralisa todos os processos contra o devedor e a propriedade do devedor. A ordem de alívio, ou suspensão automática tem validade imediatamente mediante o arquivamento de um pedido voluntário, sujeita às limitações determinadas pelo Artigo 362 do capítulo 11 do Código dos EUA.

## **PARTE INTERESSADA**

Uma parte com um interesse real e substancial no casou ou propriedade, diferentemente do interesse apenas nominal ou técnico no mesmo.

## **PARTE RELACIONADA**

Um parente, amigo, colega de trabalho ou outra pessoa de parentesco próximo com um devedor individual ou uma pessoa que tenha um relacionamento próximo com o devedor. Também um funcionário graduado diretor no controle de uma devedora corporativa, uma sociedade na qual o devedor seja um sócio solidário, um sócio solidário do devedor, ou um parente de sócio solidário, diretor, funcionário graduado ou pessoa no controle da devedora.

## **PEDIDO**

Um documento por escrito no qual uma parte alega e/ou faz contra alegações sobre fatos que dão origem a uma ação judicial ou solicitação de medida.

### **REIVINDICAÇÃO INCERTA**

Uma reivindicação que poderá ser devido pelo devedor sob determinadas circunstâncias, por exemplo, quando o devedor é co-assinante de um empréstimo de outra pessoa e tal pessoa deixar de pagar.

### **REIVINDICAÇÃO LÍQUIDADA**

Uma reivindicação de uma quantia fixa de dinheiro por um credor.

### **PETIÇÃO**

Um requerimento de medida ou solicitação de uma ordem do Tribunal apresentado para o Tribunal. Certas petições possuem um prazo final de resposta no qual outra parte responderá ou objetará a medida solicitada na petição.

### **PETIÇÃO DE LEVANTAMENTO DA SUSPENSÃO AUTOMÁTICA**

Uma solicitação por um credor de uma ordem para encerrar e/ou limitar uma suspensão automática para permitir que o credor tome medidas que de outra forma seriam proibidas pela suspensão automática.

### **PLANO**

Uma descrição detalhada por um devedor da maneira pela qual o devedor se propõe a pagar as reivindicações dos credores durante um prazo determinado.

### **PREFERÊNCIA**

Certos pagamentos ou transferências de propriedade de um devedor para um credor dentro de noventa dias anteriores ao arquivamento do processo de falência poderá ser considerado preferencial, e um depositário poderá buscar a recuperação destes pagamentos em nome da massa falida. Ver o Artigo 547.

### **PROCESSO CONTENCIOSO**

Um processo judicial resultante de um caso de falência que é iniciado com a apresentação de uma petição inicial perante o Tribunal de Falências.

### **REIVINDICAÇÃO COM GARANTIA INSUFICIENTE**

Uma reivindicação garantida por propriedade com valor inferior à quantia devida.

## **REIVINDICAÇÃO NÃO LIQUIDADA**

Uma reivindicação cujo valor específico não foi determinado.

## **REIVINDICAÇÃO PRIORITÁRIA**

Uma reivindicação com direito a ser paga antes das reivindicações sem garantias. Ver o Artigo 507.

## **REIVINDICAÇÃO SEM GARANTIA**

Uma reivindicação com relação a uma dívida, cujo pagamento não está garantido por garantias adicionais ou por um gravame sobre a propriedade do devedor.

## **RENUNCIAR**

Cancelar, anular, tornar sem efeito. Se uma decisão ou ordem for renunciada, esta será como se a ordem ou decisão nunca tivesse existido.

## **REQUERIMENTO**

Um pedido formal, geralmente feito por escrito, para que o tribunal conceda uma determinada medida. Ver também **PETIÇÃO**.

## **RESGATE**

Onde o devedor paga para o credor o valor atual total ou "valor de mercado" de propriedade que estiver garantida por um contrato de garantia do dinheiro da compra. Em troca, o gravame sobre a propriedade é levantado.

## **TRANSCRIÇÃO**

Um registro por escrito preparado pelo oficial de justiça do procedimento ocorrido em um tribunal.

## **TRANSMISSÃO FRAUDULENTA**

Uma transferência de propriedade do devedor feita com intenção de fraudar ou pela qual o devedor recebe menos do que o valor da propriedade transferida.

## **VERIFICAÇÃO**

Confirmação da correção, verdade ou autenticidade de uma petição inicial, declaração ou documento. Os Regulamentos Federais de Processos Falimentares, parágrafo 1008, exigem que os pedidos, listas, programações, declarações e aditamentos de falência sejam verificados conforme determinado pelo Artigo 1746 do capítulo 28 do Código dos EUA.

*Para definições adicionais dos termos usados em Falências, consulte o Artigo 101.*

UNITED STATES BANKRUPTCY COURT  
DISTRICT OF MASSACHUSETTS  
EASTERN DIVISION

---

In re:

JOHN AND MARY DOE,

Debtors.

---

CHAPTER 7

Case no. 11-66233 (ABC)

**NOTICE OF APPEARANCE AND REQUEST FOR NOTICE**

Please take notice that John Smith, Creditor in the above-captioned case, hereby requests that notice of all matters arising in this case of which notice is sent to any creditor, party in interest, creditor's committee or a member of any creditors' committee be sent to:

John Smith  
424 Main Street  
Boston, MA 02000

**SAMPLE**

DATED: \_\_\_\_\_

Respectfully submitted:

---

John Smith  
424 Main Street  
Boston, MA 02000



## **INSTRUÇÕES PARA O FORMULÁRIO DE COMPROVAÇÃO DE REIVINDICAÇÃO**

As instruções e definições abaixo são explicações gerais da legislação. Em determinadas circunstâncias, tais como processos de falência que não tenham sido iniciados voluntariamente pelo devedor, poderá haver exceções a estas regras gerais.

### **Itens a serem preenchidos no formulário de Comprovação de reivindicação**

#### **Tribunal, nome do devedor e número do processo:**

Preencher a comarca federal na qual o processo de falência foi arquivado (por exemplo, Distrito Central da Califórnia). Se o credor tiver recebido uma comunicação do tribunal de falências, todas estas informações estão localizadas na parte de cima da comunicação.

#### **Nome e endereço do credor:**

Preencher com o nome da pessoa física ou jurídica que está afirmando a reivindicação e o nome e endereço da pessoa para a qual deverão ser enviadas as intimações emitidas durante o processo de falência. É fornecido um espaço separado para o endereço de pagamento se este for diferente daquele para as intimações.

O credor tem uma obrigação constante de manter o tribunal atualizado quanto ao seu endereço atual. Ver a Regra Federal de Processo Falimentar (FRBP) 2002(g).

#### **1. Valor da reivindicação na data de início do processo:**

Declarar o valor total devido ao credor na data de entrada em juízo da Falência.

Seguir as instruções para o preenchimento dos itens 4 e 5.

Marcar a caixa se juros ou outras despesas estão incluídas na reivindicação.

#### **2. Fundamentação da reivindicação:**

Declarar o tipo de dívida ou como a mesma foi incorrida.

Os exemplos incluem mercadorias vendidas, dinheiro emprestado, serviços realizados, lesões corporais/morte acidental, empréstimo para compra de veículo, nota de hipoteca e cartão de crédito.

Se a reivindicação estiver fundamentada pela entrega de mercadorias ou serviços de saúde, limite as revelações sobre as mercadorias ou serviços para evitar constrangimentos ou a revelação de informações de saúde sigilosas.

Você poderá precisar fornecer revelações adicionais se o administrador ou outra parte interessada apresentar uma oposição à sua reivindicação.

#### **3. Quatro últimos dígitos de qualquer número pelo qual o credor identifica o devedor:**

Declarar somente os quatro últimos dígitos da conta do devedor ou de outro número utilizado pelo credor para identificar o devedor.

#### **3a. Devedor pode ter programado a conta como:**

Use este espaço para comunicar uma mudança de nome do credor, uma reivindicação transferida ou quaisquer outras informações que esclareçam uma diferença entre esta comprovação de reivindicação e a reivindicação conforme programada pelo devedor.

#### **4. Reivindicação com garantia:**

Marcar a caixa correta e fornecer as informações solicitadas se a reivindicação for parcial ou totalmente garantida. Pular esta seção se a reivindicação não tiver nenhuma garantia. (Ver as DEFINIÇÕES abaixo).

Declarar o tipo e o valor da propriedade que garante a reivindicação, juntar cópias da documentação do gravame e declarar a taxa de juros ao ano e a quantia vencida e em atraso da reivindicação na data de entrada do pedido de falência.

#### **5. Valor da reivindicação com direito a prioridade de acordo com o Capítulo 11 U.S.C. §507(a).**

Se qualquer parte da sua reivindicação se encaixar dentro de uma ou mais das categorias listadas, marque a caixa(s) apropriada(s) e declare o valor com direito à prioridade. (Ver as DEFINIÇÕES abaixo).

Uma reivindicação pode ser parcialmente prioritária e parcialmente não prioritária.

Por exemplo, em algumas categorias a legislação limita o valor com direito prioritário.

#### **6. Créditos:**

Uma assinatura autorizada nesta comprovação de reivindicação serve como confirmação de que ao calcular o valor da reivindicação o credor creditou ao devedor quaisquer importâncias recebidas por conta da dívida.

#### **7. Documentos:**

Anexar a este formulário de comprovação de reivindicação cópias de identificação borrados documentando a existência da dívida e de qualquer gravame que estiver garantindo a mesma. Pode também anexar um resumo.

Deve também anexar cópias de documentos comprovando o aperfeiçoamento de qualquer interesse de garantia. Pode também anexar um resumo. FRBP 3001(c) e (d).

Se a dívida estiver fundamentada na entrega de mercadorias ou serviços de natureza médica, ver a instrução número 2. Não enviar documentos originais, uma vez que os anexos poderão ser destruídos após serem digitalizados.

#### **Data e assinatura:**

A pessoa que estiver arquivando esta comprovação de reivindicação deve assinar e datar a mesma. FRBP 9011. Se a reivindicação estiver sendo arquivada eletronicamente, o parágrafo 5005(20) das FRBP autoriza os tribunais a determinarem regras locais especificando o que constitui uma assinatura. Imprimir o nome e o título, se houver algum, do credor ou de outra pessoa autorizada para arquivar esta reivindicação. Declarar o endereço e o telefone da pessoa que apresenta ao arquivo se estes forem diferentes daqueles informados na parte superior do formulário para a finalidade de receber as intimações. Anexar uma cópia de quaisquer procurações.

Serão aplicadas penas criminais por fazer uma falsa comprovação de reivindicação.

### **DEFINIÇÕES**

#### **Devedor**

O devedor é uma pessoa, sociedade por ações ou qualquer outra pessoa jurídica que tiver entrado com um processo de falência.

#### **Credor**

O credor é uma pessoa, sociedade por ações ou outra pessoa jurídica para a qual exista uma dívida do credor que tenha surgido até a data de arquivamento do pedido de falência. Ver o Capítulo 11 U.S.C. Parágrafo 101 (10).

#### **Reivindicação**

A reivindicação é o direito do credor de receber o pagamento de uma dívida devida pelo devedor que tenha surgido até a data de arquivamento do pedido de falência. Ver o Capítulo 11 U.S.C. Parágrafo 101 (5).

A reivindicação pode ter ou não garantia.

#### **Comprovação de reivindicação**

A comprovação de reivindicação é um formulário utilizado pelo credor para indicar o valor da dívida que é devida pelo devedor na data de entrada do pedido de falência no tribunal. O credor deve arquivar o formulário com o escrevente do mesmo tribunal de falências no qual o processo tiver sido iniciado.

#### **Reivindicação garantida de acordo com o Capítulo 11 U.S.C. Parágrafo 506(a)**

Uma reivindicação garantida é aquela que está respaldada por um gravame sobre uma propriedade do devedor. A reivindicação é garantida na medida em que o credor tiver direito a receber o pagamento da propriedade antes dos demais credores.

### **INFORMAÇÕES**

O valor da reivindicação com garantia não poderá ultrapassar o valor da propriedade.

Qualquer valor que for devido para o credor que ultrapasse o valor da propriedade é uma reivindicação sem garantia.

Os exemplos de gravames sobre propriedade incluem uma hipoteca sobre propriedade imobiliária ou uma alienação fiduciária sobre um veículo.

Um gravame pode ser concedido voluntariamente por um devedor ou pode ser obtido através de um processo judicial. Em alguns estados, uma sentença judicial é um gravame. Uma reivindicação também pode ser garantida se o credor dever algum valor para o devedor (possuindo um direito a uma compensação).

#### **Reivindicação sem garantia**

Uma reivindicação sem garantia é uma que não atende aos requisitos de uma reivindicação com garantia.

Uma reivindicação pode ser parcialmente sem garantia se o valor da reivindicação ultrapassar o valor da propriedade sobre a qual o credor possui o gravame.

#### **Reivindicação com direito prioritário de acordo com o Capítulo 11 U.S.C. §507(a).**

As reivindicações com direitos prioritários são determinadas categorias de reivindicações sem garantia que serão pagas com o dinheiro ou propriedades que estiverem disponíveis no processo de falência antes das outras reivindicações sem garantia.

#### **Borrados**

Um documento foi borrado quando a pessoa que estiver apresentando o mesmo tiver obliterado, editado ou de outra forma apagado determinadas informações.

O credor deverá obliterar e usar somente os quatro últimos dígitos de quaisquer números de seguridade social, identificação pessoal de contribuinte ou conta financeira em nome de menor de idade, todas as letras menos as iniciais de qualquer nome de menor de idade e somente o ano da data de nascimento de qualquer pessoa.

#### **Prova de aperfeiçoamento**

As provas de aperfeiçoamento podem incluir um documento de hipoteca, gravame, certificado de propriedade, demonstrativo de financiamento ou outro demonstrando que o gravame foi arquivizado ou registrado.

#### **Confirmação de arquivamento de reivindicação**

Para receber uma confirmação da sua arquivamento, poderá juntar um envelope auto endereçado e com postagem pré-paga e uma cópia desta comprovação de reivindicação ou poderá acessar o sistema PACER do tribunal ([www.pacer.psc.uscourts.gov](http://www.pacer.psc.uscourts.gov)) por uma pequena taxa para visualizar sua comprovação de reivindicação arquivizada.

#### **Ofertas de compra de reivindicação**

Determinadas empresas se dedicam ao negócio de comprar as reivindicações por um valor inferior ao valor nominal das mesmas. Uma ou mais dessas pessoas jurídicas poderá entrar em contato com o credor e fazer uma oferta de compra da reivindicação. Algumas das comunicações escritas recebidas dessas pessoas jurídicas podem ser confundidas facilmente com a documentação oficial do tribunal ou comunicações recebidas do devedor.

Estas empresas não representam o tribunal de falências ou o devedor. O credor não tem nenhuma obrigação de vender sua reivindicação.

Entretanto, se o credor decidir vender sua reivindicação, quaisquer transferências destas reivindicações estão sujeitas ao Parágrafo 3001(e), a quaisquer determinações aplicáveis do Código de falências (Capítulo 11 U.S.C. § 101 e seguintes) e a quaisquer mandados aplicáveis do tribunal de falências.